



CORECON-RJ
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



CORECON-RJ

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

**Economia Brasileira
CNU - 2024
Parte IV
Os Anos FHC - O Plano Real e o Tripé Macroeconômico**

*Prof. Antonio Carlos Assumpção
Doutor em Economia – UFF
Site : acjassumpcao.com*



O Plano Real

- O Plano Real foi um programa de estabilização concebido em três fases, com início (Fase I) já em meados de 1993.
 - I. **Ortodoxia** → Buscava-se o equilíbrio das contas públicas e, adicionalmente, o acúmulo de reservas internacionais.
 - II. **Heterodoxia** → Criação da URV como padrão estável de valor.
 - III. **Reforma Monetária** → Introdução do Real como padrão monetário.
- A taxa de crescimento entre 1990 e 1994 foi 1,3% a.a..
 - A Economia já dava mostras de recuperação após a recessão provocada pelo Plano Collor (4,9% em 1993 e 5,9% em 1994).
- A inflação foi de 1.210% a.a. entre 1990 e 1994.
- O déficit operacional atingiu 1,9% do PIB em 1992. Transformou-se em um superávit de 1,3% em 1994.



O Plano Real

■ Fase I → Ajuste Fiscal

- Diferentemente dos planos anteriores, onde entendia-se que o **principal** componente da inflação era o inercial, o Plano Real defendia que o excessivo gasto público era o **principal** responsável pela inflação → não que a inércia não fosse um fator relevante.
 - Existiria um desajuste fiscal potencial pois: **i)** a inflação corroía os gastos do governo em termos reais e **ii)** as receitas do governo mantinham-se indexadas. Os dois efeitos somados levavam à realização, no Brasil, de um “Efeito Tanzi às avessas”.
 - A queda da inflação aumentaria o déficit público.
 - Segundo o “Efeito Tanzi”, $\pi \uparrow \Rightarrow \text{Déficit} \uparrow$ e $\pi \downarrow \Rightarrow \text{Déficit} \downarrow$. Por isso o efeito potencial de deterioração das contas públicas dada a queda na inflação ficou conhecido como “Efeito Tanzi às Avessas”.



O Plano Real

- A segunda originalidade do Plano Real → estratégia para tratar o componente inercial da inflação, através da URV, na **Fase II**.
- Na terceira fase do Plano Real não tivemos originalidades em relação aos outros programas bem-sucedidos de combate à inflação no resto do mundo → reforma monetária e âncora cambial.



O Plano Real

- **Fase 1: Ortodoxia → Ajuste Fiscal**
- PAI (Plano de Ação Imediata – 1993)
 - Corte de gastos de ordem de US\$ 7 bilhões, concentrado nas despesas de investimento e pessoal.
 - Criação do IPMF, temporário, com alíquota de 0,25% (Entre 1997 e 2007 foi cobrada a CPMF, com alíquota de 0,38%).
- Criação do FSE (Fundo Social de Emergência – 02/94)→ bloqueava parte dos repasses da União aos Estados e Municípios (15%).
 - Desvinculação de algumas receitas do governo federal, visando atenuar a excessiva rigidez dos gastos da União ditada pela Constituição de 1988.
- Acúmulo de reservas internacionais.



O Plano Real

- **A despeito de toda discussão sobre o Efeito Tanzi:**
- Com o fim da inflação o governo perderia uma fonte importante de arrecadação → o imposto inflacionário.
 - Como a inflação desvaloriza o poder de compra da moeda em poder do público, o governo emitia moeda para recompor a oferta real de moeda. Com o fim da inflação essa fonte de financiamento desapareceria.



O Plano Real

- **Fase II : Heterodoxia → Desindexação**
- Criação da URV como unidade de conta, para promover a desindexação da economia (apagar a memória inflacionária) através da indexação completa da economia e equilibrar os preços relativos na “moeda indexada”.
- Diferente (parecida) da proposta “Larida”, que propunha a convivência de uma moeda indexada (ORTN) com a moeda não indexada, deixando que os agentes econômicos escolhessem entre as duas.
- Superindexação → Historicamente, as hiperinflações terminam de forma abrupta, enquanto inflações mais moderadas podem se revelar persistentes ao longo de anos.



O Plano Real

- **Fase II : Heterodoxia → Desindexação**
- **A URV (Unidade de Conta)** → valor em cruzeiros reais seria convertido pela inflação diária → Vários preços públicos foram convertidos instantaneamente, mas a adesão era voluntária.
 - Vigorou durante os quatro meses anteriores ao lançamento do Real (lançamento em 1º de março de 1994).
 - O cálculo diário da URV foi estabelecido através da variação *pro rata* de três índices de preços: IGP-M, IPCA-E e IPC-Fipe.
 - A inflação não se acelerou entre março e junho.
- O principal argumento para descartar a adoção da proposta “Larida” foi empírico: o único país havia introduzido um esquema semelhante havia sido a Hungria (1945-46) → maior hiperinflação da história.

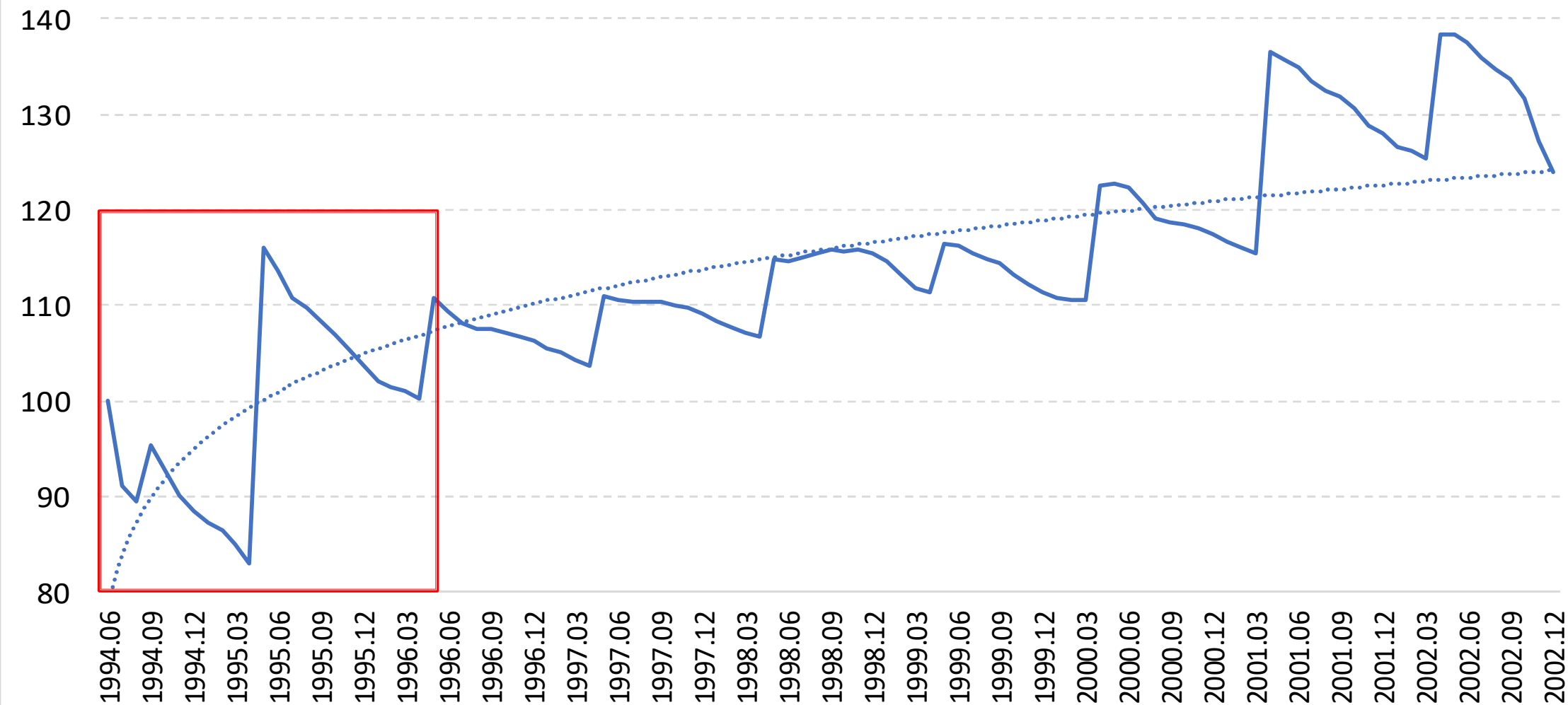


O Plano Real

- Os salários foram convertidos pela média dos valores reais obtidos nos quatro meses anteriores
 - A partir de 1º de março, os salários ficavam fixos em URV, e eram pagos pela URV do dia do pagamento.
- Salários Reais → ganho de 7,7% em março.
 - Redução do período de reajuste dos salários de 4 para 1 mês.
 - Depois da estabilização houve aumento dos salários reais: →
 - a) salário mínimo aumentou de \$70 (1995-04) para \$100 (1995-05);
 - b) redução do imposto inflacionário.



Salário Mínimo Real (Index - IPEA)





O Plano Real

- **Fase III : A Reforma Monetária**
- **Cruzeiro Real/2.750 → 1 real = 1 dólar.**
- Ideia de rompimento da inflação inercial, pois a inflação se dava em URV.
- Criação de metas monetárias e banda cambial estreita (1995), ou seja, âncora cambial e monetária.
 - O câmbio flutuou no início do plano e se valorizou nominalmente.
 - A partir do início de 1995 o Banco Central adotou um sistema de mini bandas (tão estreitas que isso se assemelhava mais a um regime de câmbio fixo). Buscava-se com isso desvalorizar o real gradualmente, a partir de março de 1995 (o aproximadamente 6,5% a.a.).
 - As metas de expansão monetária para os três primeiros meses foram, sistematicamente, descumpridas (remonetização).



O Plano Real

- A Medida Provisória (MPV 542) transformada na Lei nº 9.069, em 26 de junho de 1995.
 - 1) Base monetária lastreada reservas cambiais (isso durou até outubro de 1994).
 - 2) A fixação de limites máximos para o estoque de base monetária por trimestre (até março de 1995) metas monetárias que podiam revistas em até 20%.
 - 3) Mudanças institucionais no funcionamento do Conselho Monetário Nacional, buscando dar passos em direção a uma maior autonomia do Banco Central.
- Dias depois foi esclarecida uma dúvida importante: o plano adotaria âncora monetária (metas) e o câmbio seria livre para oscilar para baixo, mas teria o teto fixo em 1 real = 1 dólar (banda assimétrica).



O Plano Real

▪ Administrando os Problemas Iniciais

- a) Forte “aquecimento” da economia (principalmente no setor de duráveis) → no quarto trimestre de 1994, a expansão do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior foi de 11%.
- Motivos: queda na inflação e fim do imposto inflacionário (maior poder de compra e expansão do crédito) e apreciação cambial.
- b) Crise do México (1994/12) → “fuga” de capitais e desvalorização do Peso.
- Suspeita de que regimes de câmbio rígido poderiam não acabar bem e de que o Brasil pudesse ser o próximo país a ser afetado por uma crise similar.
 - O Bacen perdeu cerca de US\$ 12 bilhões de reservas internacionais e elevou a taxa de juros para evitar a depreciação do Real.



O Plano Real

▪ Administrando os Problemas Iniciais

- c) O efeito combinado do crescimento da demanda agregada e da redução da entrada de capitais começava a ter impacto sobre as nossas reservas internacionais.
- De US\$ 43 bilhões em junho de 1994 para US\$ 39 bilhões em dezembro → Em março de 1995 as reservas já estavam em US\$ 34 bilhões, e continuaram a diminuir até US\$ 32 bilhões em abril, antes de começarem a se recuperar em função da reação oficial.
 - No final de 1995 as reservas internacionais atingiram US\$ 52 bilhões, muito em função do retorno dos investidores internacionais.



O Plano Real

- No início de 1995 o governo eleva a taxa de juros e impõe depósitos compulsórios de 100% sobre os novos depósitos à vista aos bancos comerciais e 20% para os depósitos à prazo.
 - A política de compulsório de 100% foi sendo flexibilizada ao longo do tempo.
- Certamente é uma das maiores características do Plano Real em contraposição a planos de estabilização da segunda metade dos anos 1980.
- Esse “aperto” de liquidez contribuiu para os problemas no setor bancário. —————→
- Também, a partir de março de 1995, o Bacen passa a desvalorizar o câmbio nominal em, aproximadamente, 6,5% a.a.



O Plano Real

- **PROER (1995/1997) → Saneamento do Sistema Financeiro.**
- Com fim da alta inflação as ineficiências do setor bancário ficaram expostas → crises dos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus, além dos casos inicialmente não resolvidos dos bancos estaduais, notadamente Banespa e Banerj.
- Instituído o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), concedendo uma linha especial de assistência financeira destinada a permitir reorganizações societárias no sistema.
 - Custo relativamente baixo, estimado entre 1% e 2% do PIB.
- Simultaneamente, foi criado um programa para capitalização dos bancos estaduais para posterior privatização.



O Plano Real

- **PROER (1995/1997) → Saneamento do Sistema Financeiro.**
- Banco Bamerindus → Controlado por José Eduardo Andrade Vieira (Ministro de Estado), o banco foi liquidado em 1995. Seus ativos foram vendidos ao HSBC.
- Banco Nacional → Fundado pela família Magalhães Pinto, foi liquidado e seus ativos foram vendidos ao Unibanco que, posteriormente (2008), se associou ao Banco Itaú.
- Banco Econômico → Um dos mais antigos bancos do país (1834), foi liquidado em 1996. Transformou-se em Excel-Econômico, depois foi adquirido pelo BBV e depois pelo Bradesco.



O Plano Real

- **PROER (1995/1997) → Saneamento do Sistema Financeiro.**
- **Adicionalmente:**
 - a) Facilitou a entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro, procurando ampliar a concorrência no setor.
 - b) Favoreceu um processo de conglomeração no setor, que deixou o mercado com menos instituições, porém relativamente mais fortes.
 - c) Ampliou os requisitos de capital para a constituição de bancos.
 - d) Melhorou substancialmente o acompanhamento e monitoramento do nível de risco do sistema por parte do Banco Central.



O Plano Real

- Outro fator importante de controle da inflação foi a “Âncora Cambial”.
- O real se apreciou (em termos reais) pois:
 - a) apreciação nominal (no início do plano).
 - b) inflação doméstica ainda maior que a inflação externa.
- A valorização do câmbio real torna os importados mais baratos, evitando o aumento dos preços dos bens transacionáveis, mas não o aumento dos preços dos não-transacionáveis.
- Como era de se esperar, durante o período houve um aumento relativo dos preços dos não-transacionáveis.



O Plano Real

- A inflação caiu rapidamente (não tão rapidamente quanto no Plano Cruzado), sem um grande impacto sobre o nível de atividade.
 - A inflação foi 3% em agosto de 1994 e foi superior a 40% a.m. no primeiro semestre de 1994.
- A partir de 1997, principalmente após a crise asiática (setembro), a combinação de câmbio valorizado com elevadas taxas de juros (necessárias para promover a entrada de capitais para financiar o déficit crescente em conta corrente ocasionado pela valorização do câmbio real) começa a fazer efeito sobre o nível de atividade.
- A taxa de juros voltou a subir muito em agosto 98 com a moratória da Rússia.
 - As taxas de juros nominais passaram de 21% a.a. para 43% a.a. em outubro de 1997, e de 19% a.a. para 42% a.a..



O Plano Real

■ Os Três Grandes Problemas da Estabilização

- 1) De equilíbrio na conta corrente em 1993, passamos a um déficit superior a US\$ 33 bilhões em 1998 (efeito da apreciação cambial combinada com o aquecimento inicial da economia).
 - Em 1998 o déficit em conta corrente superava 4% do PIB.
 - As importações aumentaram, em dólar, 21,8% a.a. entre 1995 e 1997 e as exportações aumentaram 6,8% a.a. no mesmo período, apesar do bom desempenho da economia mundial.
 - O financiamento do déficit em CC, via entrada de capitais, gerou um aumento do déficit de serviços e rendas → praticamente dobrou entre 1995 e 1998.
- 2) Desaquecimento da economia → a taxa de crescimento foi 0,34% em 1998, também por conta dos juros e do câmbio.



O Plano Real

- **As possíveis razões para a manutenção do regime:**
 - a) Temor de que uma desvalorização “moderada” fugisse ao controle do governo provocando uma aceleração da inflação, como ocorreu no México em 1995 (mais de 50% a.a.).
 - Esperava-se um ajuste gradual do câmbio em um cenário de grande liquidez internacional.
 - b) Em 1997, estava sendo discutida a emenda propondo a reeleição do Presidente da República e, em 1998, haveria eleições gerais.



O Plano Real

- c) O ajuste fiscal que não aconteceu: a média das NFSP de 1995-1998 foi de 6,2% do PIB, com uma média de 0,2% do PIB para o resultado primário. Isso elevou consideravelmente a relação dívida/PIB.
- Comparando as médias entre 1991-1994 e 1995-1998, quase 75% da piora do resultado operacional foram causados pela deterioração do resultado primário
 - Entre 1994 e 1998 o setor público sofreu uma piora primária da ordem de cinco pontos percentuais do PIB.
 - A partir de 1995, com o controle sobre o câmbio, as operações de “esterilização” também exerceram pressão sobre a dívida pública.



O Plano Real

- **Uma conclusão Importante**
- Sem a contribuição da política fiscal, o êxito do Real no combate à inflação dependeu quase que exclusivamente do rigor da política monetária combinado com o câmbio valorizado.



O Plano Real – Observações Sobre as Estatísticas Fiscais

- **Período 1980-1993** → Contexto de desordem das contas públicas e de déficit artificialmente reprimido pela elevada taxa de inflação.
- A partir de 1991 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “acima da linha” do governo central.
 - NFSP calculada com base nos fluxos de receitas e despesas.
- A partir de 1995 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “abaixo da linha” do governo central, estados e municípios e empresas estatais.
 - NFSP calculada com base na variação da dívida pública.



O Plano Real – Observações Sobre as Estatísticas Fiscais

▪ **Diferença entre a DLSP e a DFL (Dívida Fiscal Líquida)**

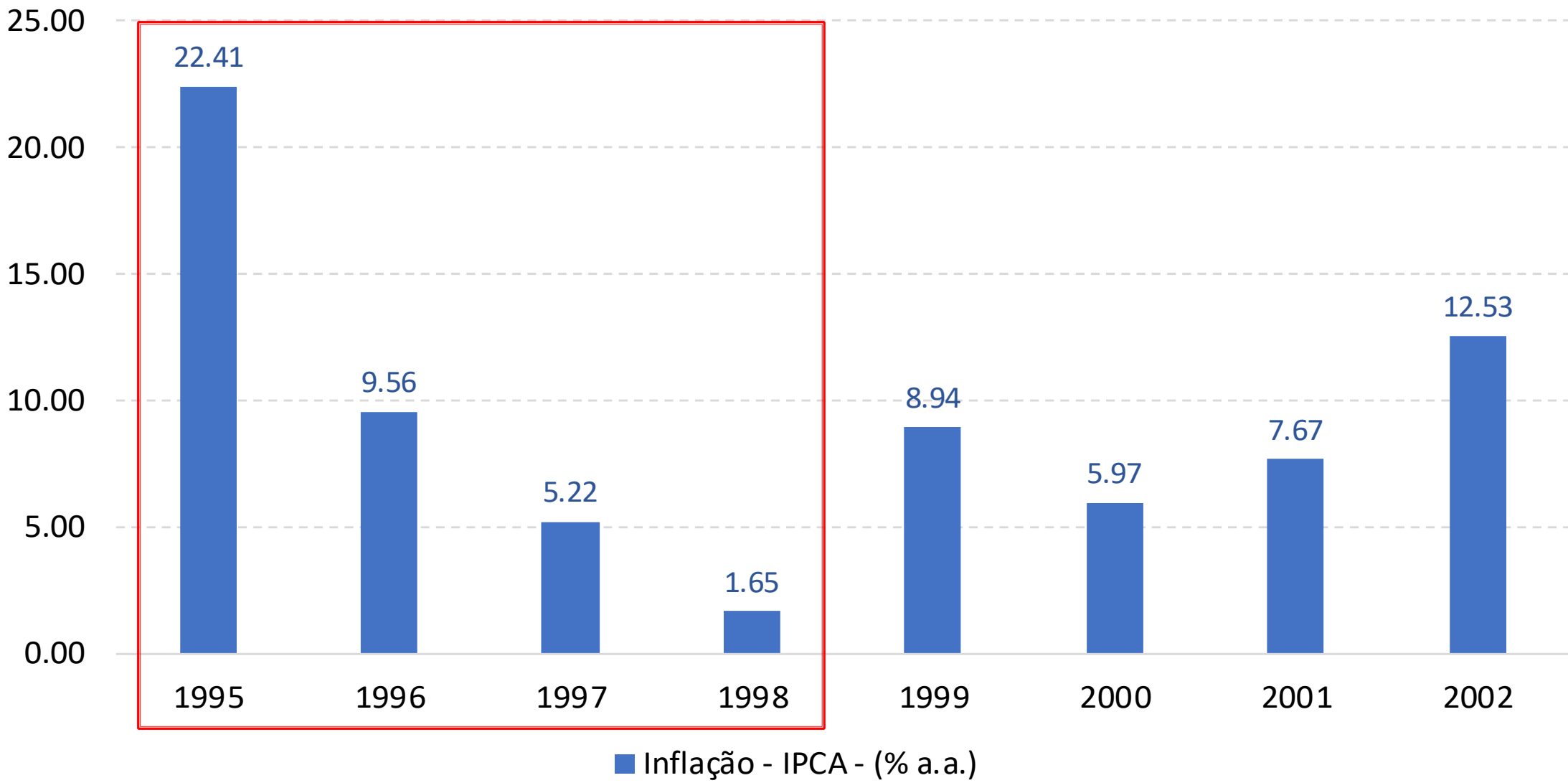
- A DFL desconsidera o efeito do ajuste patrimonial, bastante relevante durante o período em questão.
- O ajuste patrimonial considera as receitas extraordinárias (privatizações e outras) e as despesas extraordinárias (passivos contingentes).
- O ajuste patrimonial contribuiu para o aumento da DLSP.
- Para efeitos de comparações internacionais é mais adequado considerarmos a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), pois existe diferença entre os países na questão dos créditos governamentais que diferencial a DLSP da DBGG.

O Plano Real – Observações Sobre as Estatísticas Fiscais

▪ O Período FHC (1995-1998)

- Os anos do primeiro Governo FHC (1995-1998) podem ser definidos como sendo de “déficit aberto”.
 - O resultado primário consolidado do setor público que, na média de 1990-1994, fora de 2,8% do PIB, tornou-se um déficit de 0,2% do PIB na média de 1995-1998.
 - Isso, somado às despesas de juros, já expressas em termos nominais de 6,0% do PIB, gerou um déficit nominal médio de 6,2% do PIB no período.
- Nesse contexto, a dívida líquida do setor público (DLSP), que no começo do Plano Real, em 1994, era de 30% do PIB, atingiu 39% do PIB quatro anos depois e 52% do PIB após a desvalorização cambial de 1999.

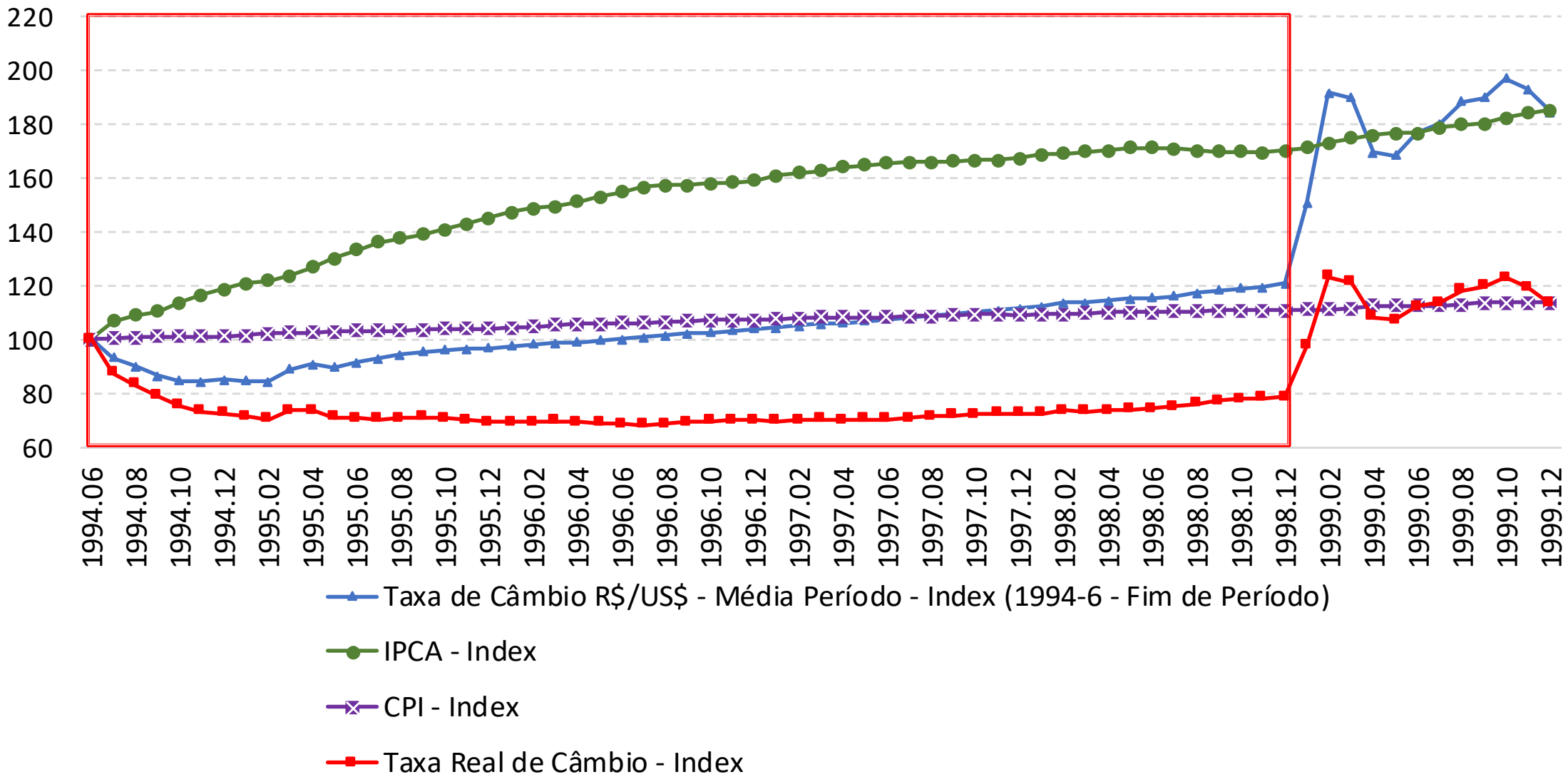
Inflação (%) - 1995 - 2002



Taxa Real de Câmbio - Index



Taxa Real de Câmbio - 1994/6 - 1999/12



■ Balança comercial (FOB)

■ TRANSAÇÕES CORRENTES

20000
10000
0
-10000
-20000
-30000
-40000

1993

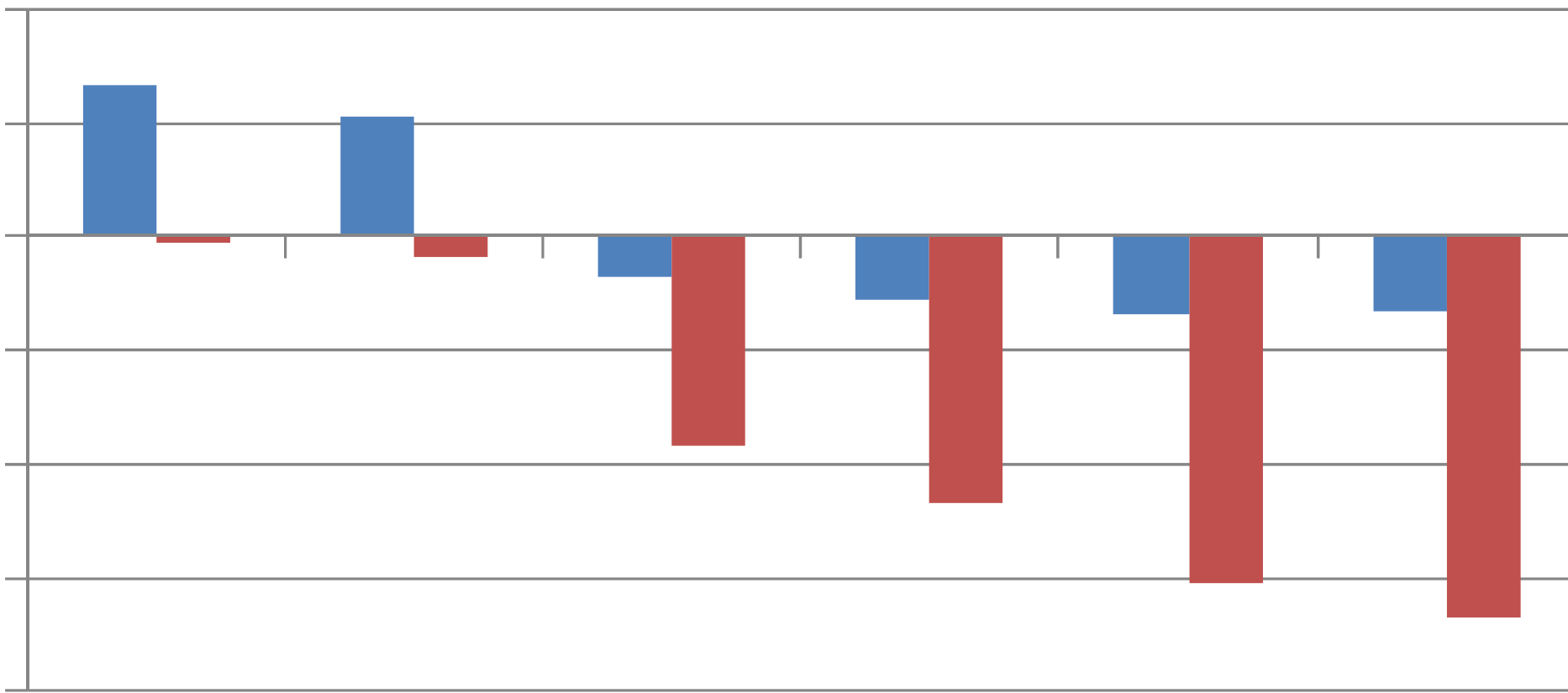
1994

1995

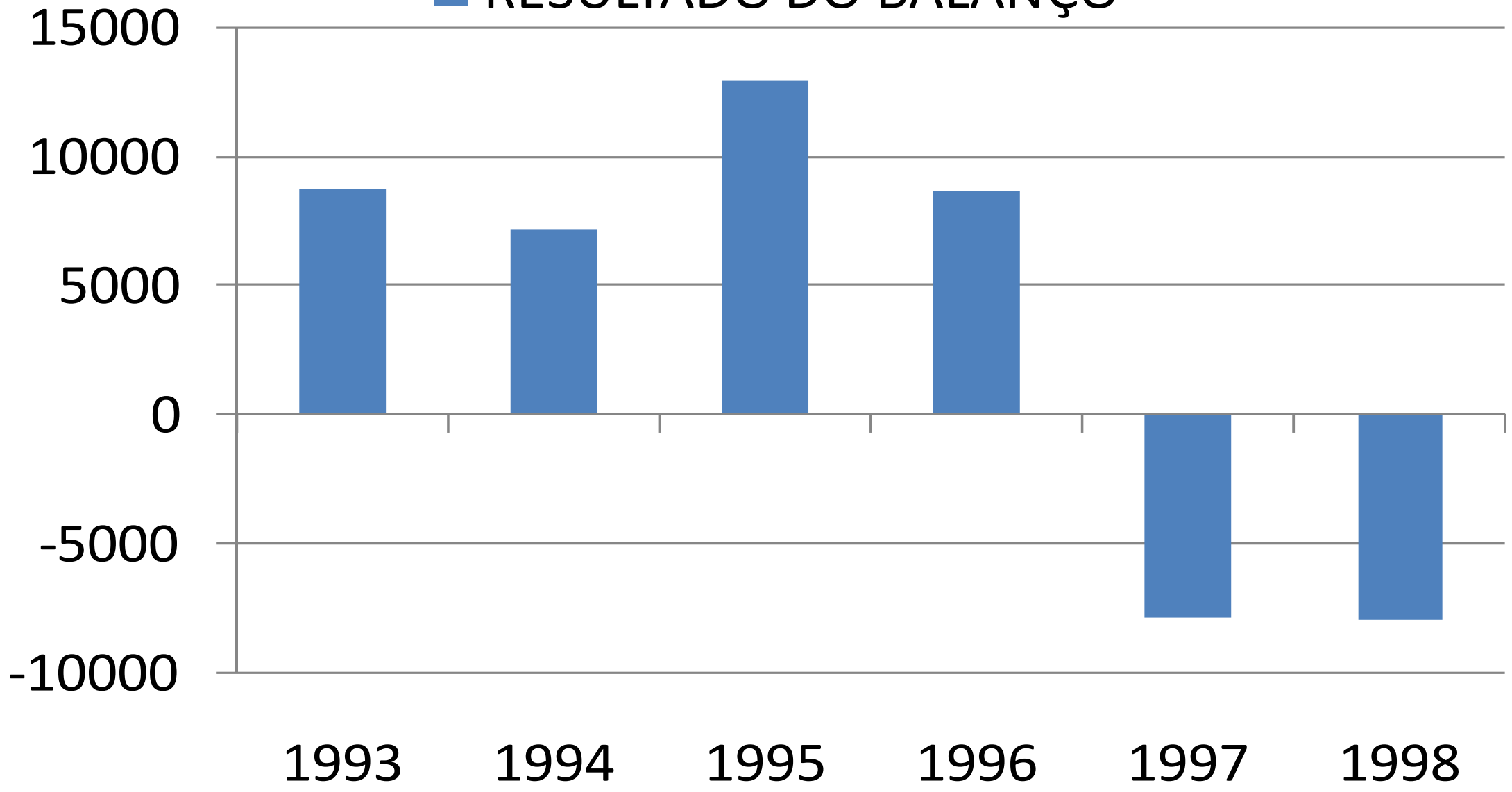
1996

1997

1998



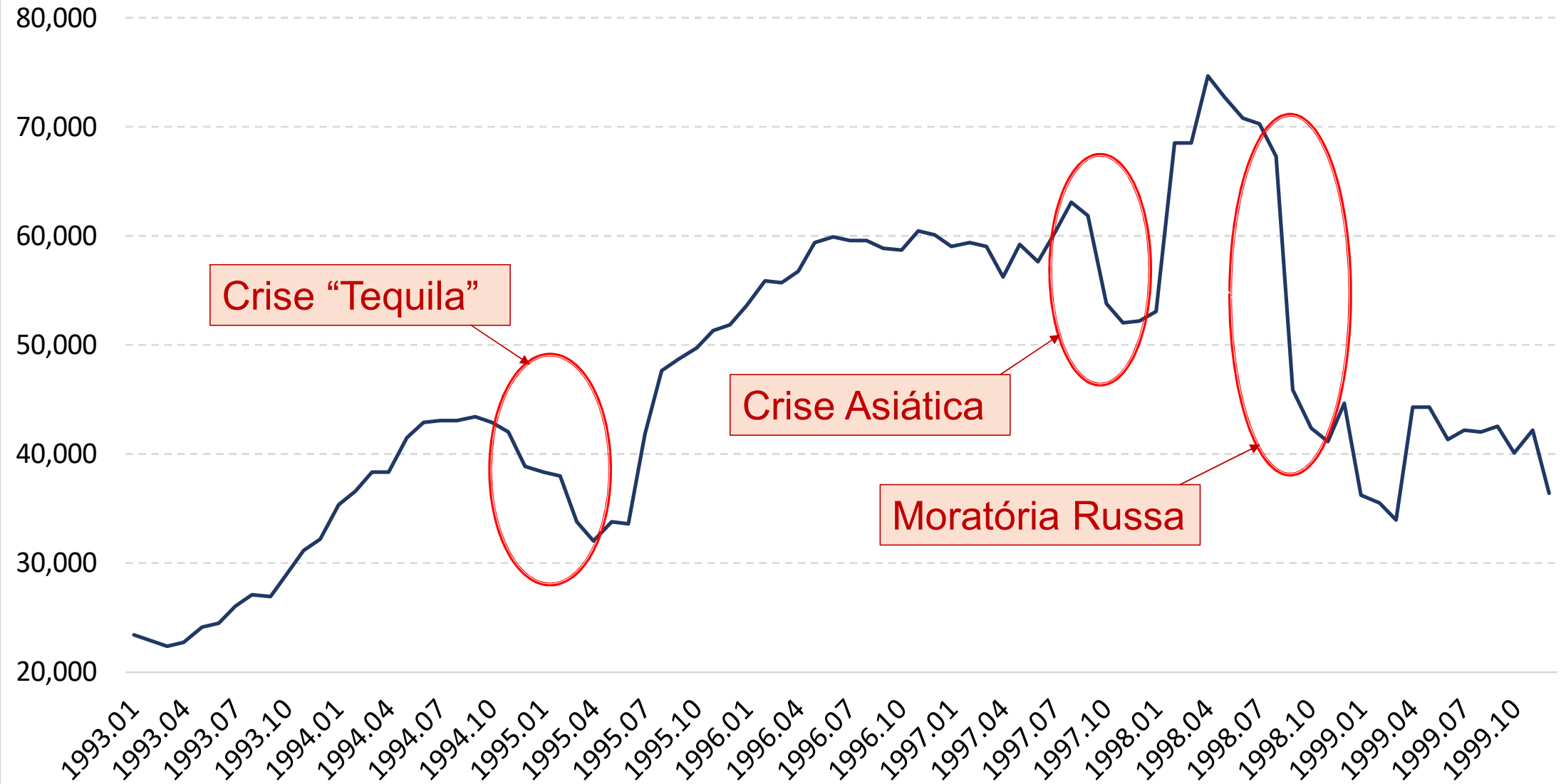
■ RESULTADO DO BALANÇO



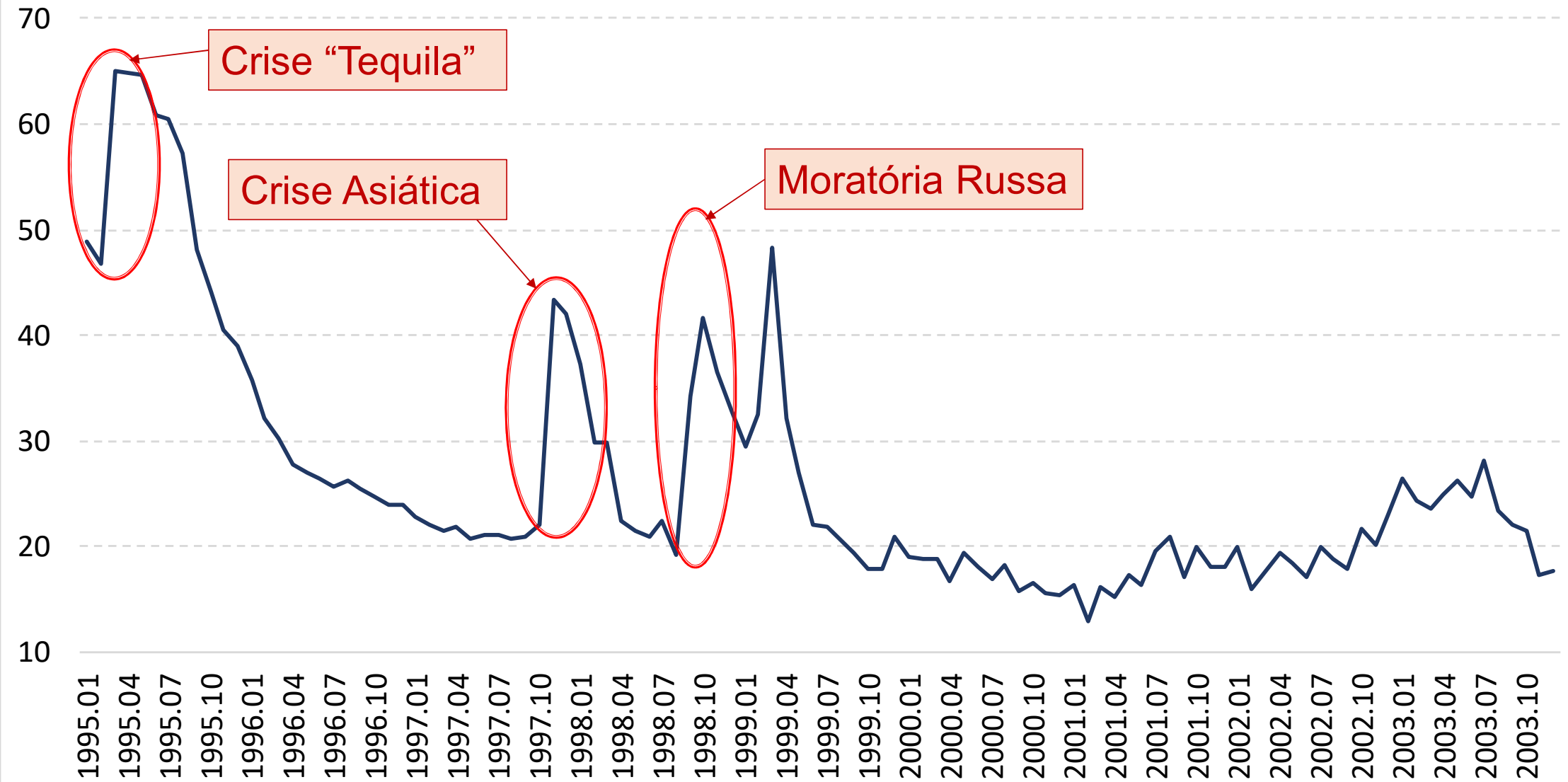
EMBI + : Risco-Brasil - J.P.MORGAN - 29/04/94 - 27/09/2018



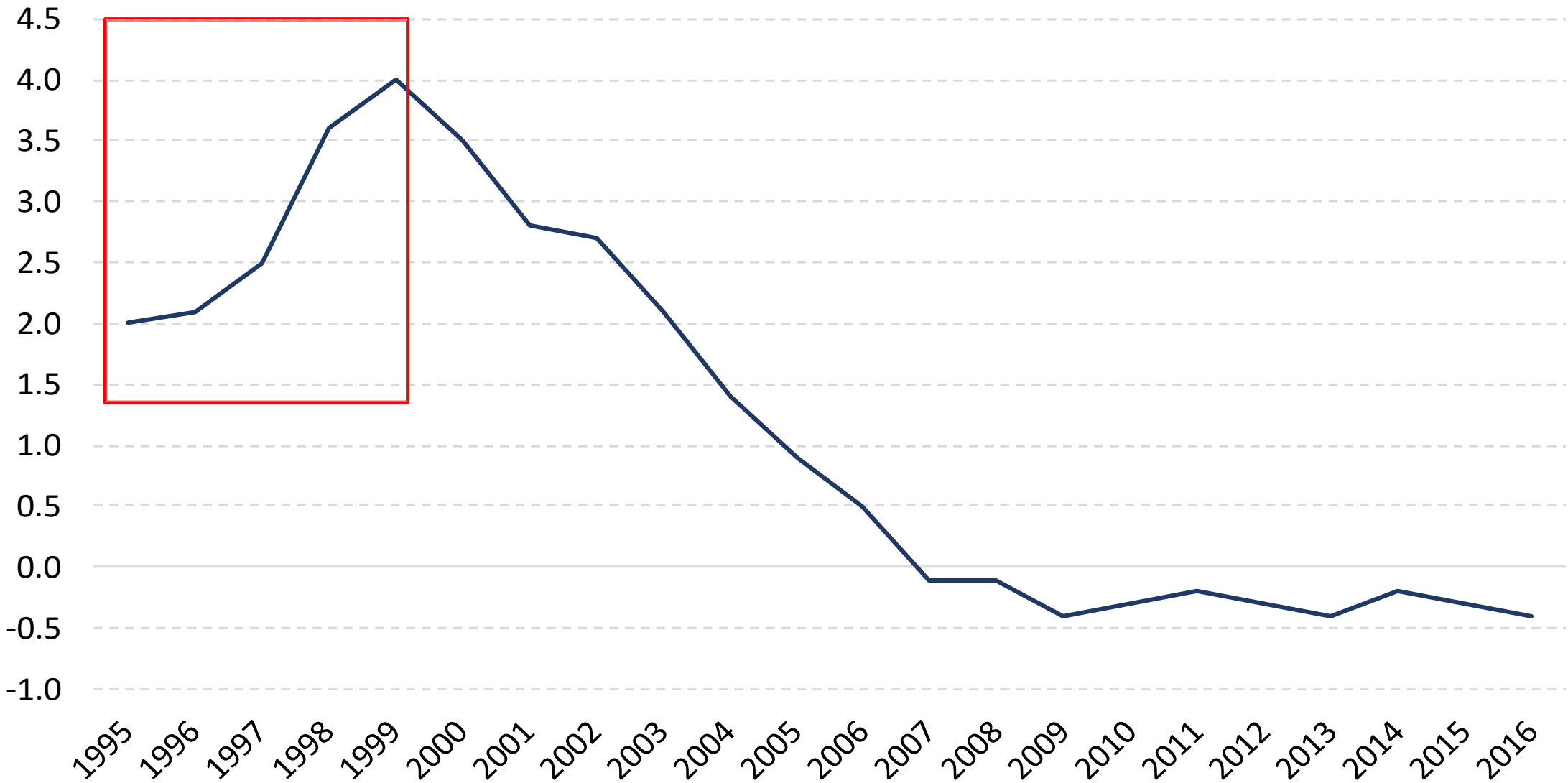
Reservas Internacionais - Milhões de US\$ - BCB (1993/01 - 1999-12)



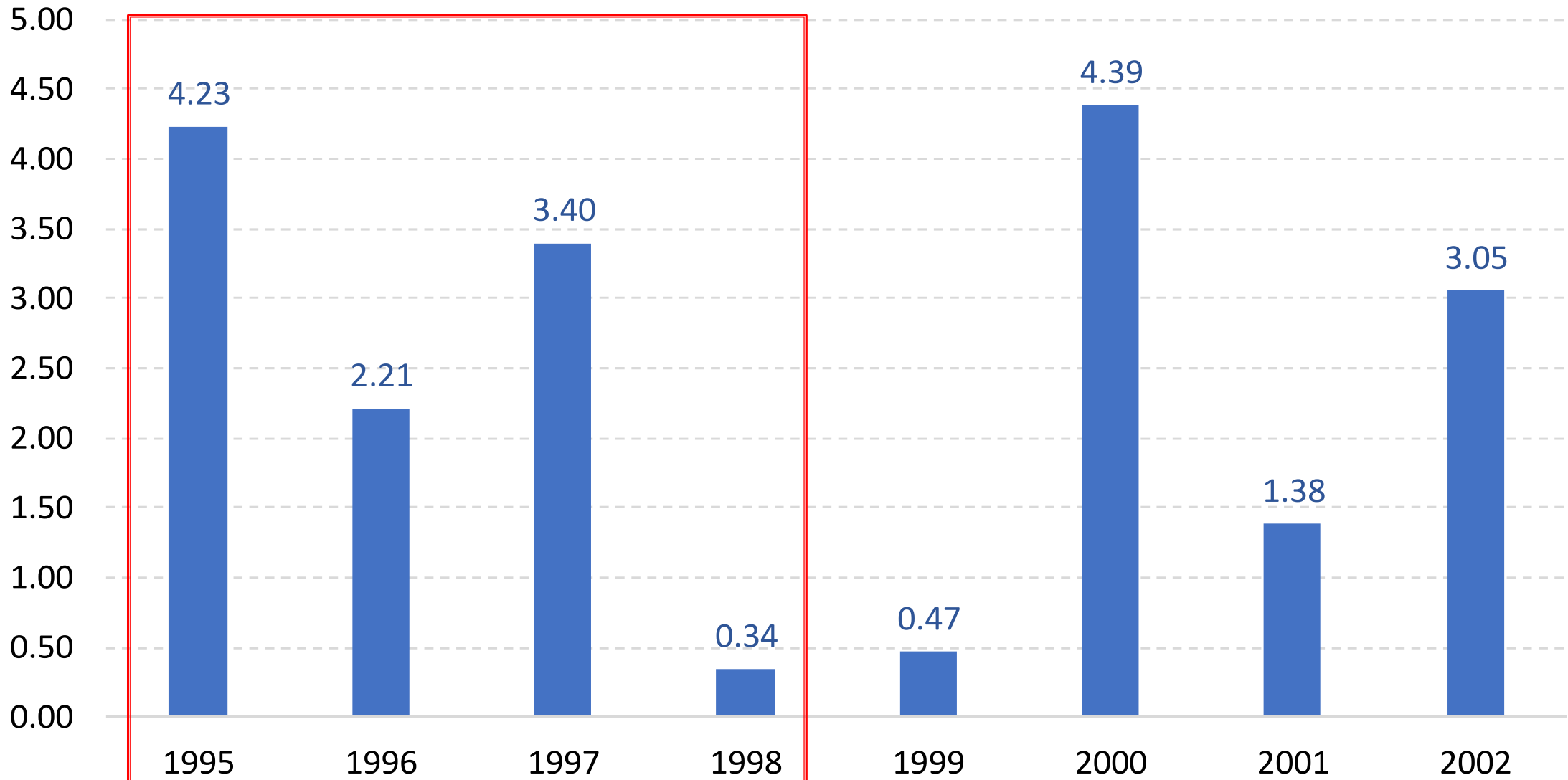
Taxa Over / Selic - (% a.a.) - 1995/01-2003/12



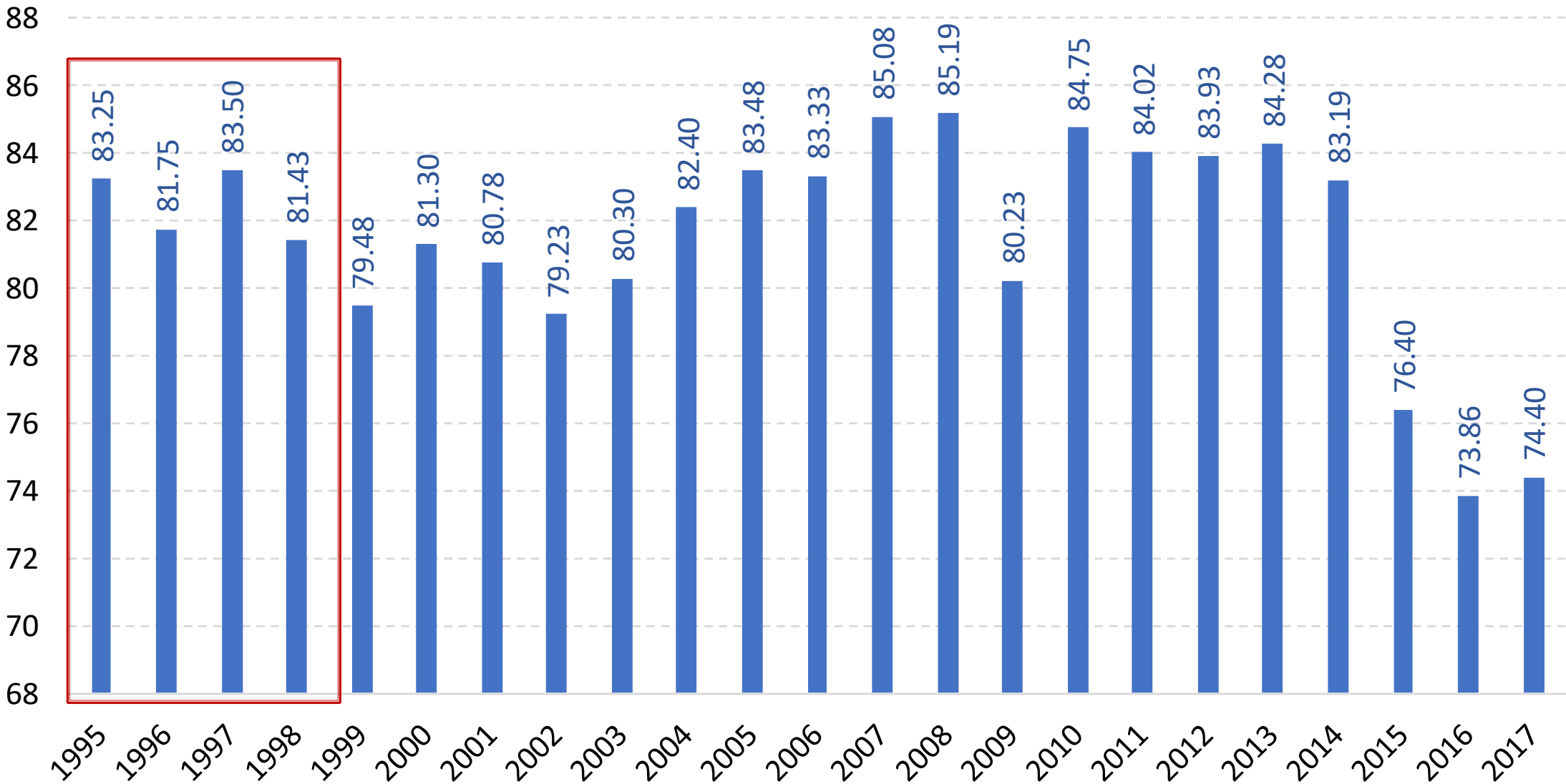
Dívida Externa Líquida/Exportações - BCB



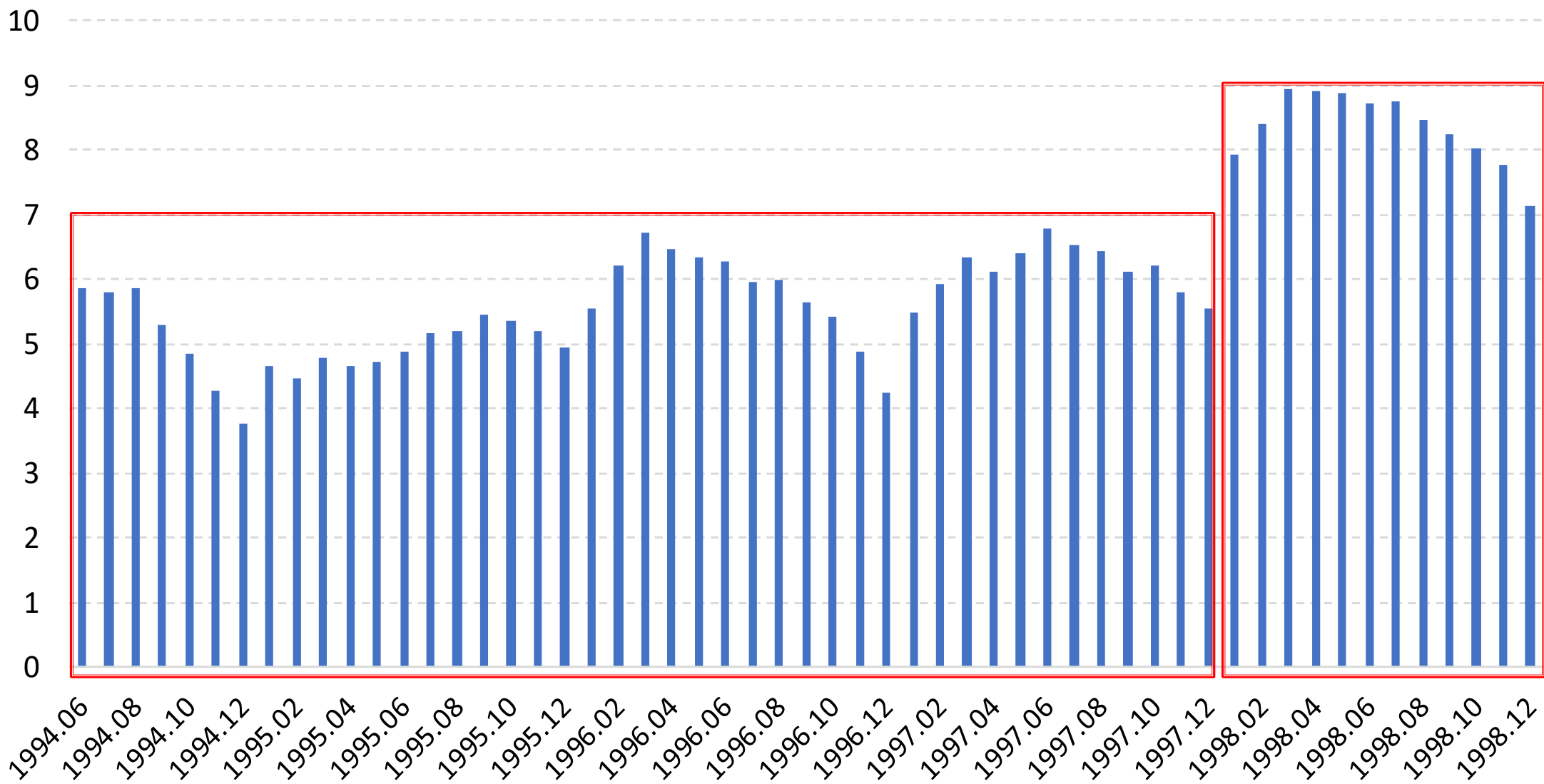
Taxa de Crescimento do PIB (%)



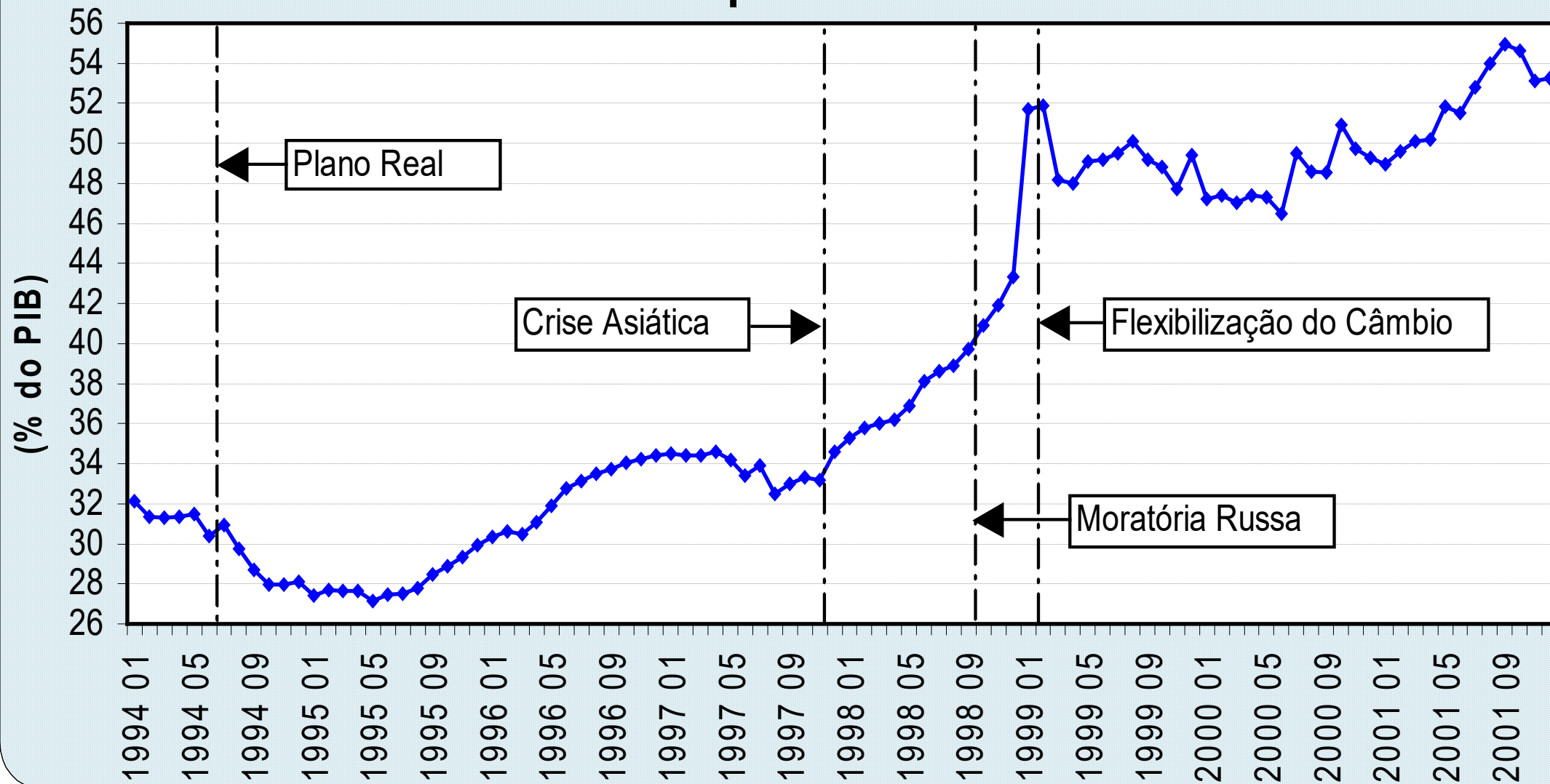
Utilização da Capacidade Instalada da Indústria - (%) FGV



Taxa de Desemprego (%) - IBGE - PME Antiga



Dívida Líquida do Setor Público



Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48
2011	2.25	0.80	0.07	3.12	5.71	-2.59
2012	1.96	0.49	-0.06	2.39	4.86	-2.47
2013	1.55	0.34	-0.01	1.88	5.14	-3.26
2014	-0.4	-0.15	-0.08	-0.63	6.08	-6.71
2015	-1.98	0.16	-0.07	-1.89	8.50	-10.39
2016	-2.54	-0.04	0.04	-2.54	6.50	-9.04
2017	-1.80	0.10	0.00	-1.70	6.10	-7.80



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- O elevado déficit em conta corrente ao final de 1998 associado a uma maior aversão ao risco no mercado internacional de capitais, após a crise asiática e a moratória russa, fizeram com que o risco e a expectativa de desvalorização do real aumentassem muito, ocasionando uma grande fuga de capitais.
- As reservas do Banco Central reduziram-se de US\$ 75 bilhões, em agosto de 1998, para US\$ 40 bilhões, em dezembro do mesmo ano.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Poucas semanas antes das eleições presidenciais de 1998 o governo brasileiro começou a negociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional.
 - O acordo com o FMI contemplava um ajuste fiscal, mas não a mudança no regime cambial.
 - “Pacote” de ajuda externa, somando US\$42 bilhões; US\$18 bilhões do FMI e o restante de outros organismos multilaterais e de diversos países.
- O acordo enfrentou dois obstáculos domésticos insuperáveis:
 - Ceticismo do mercado com relação ao Brasil escapar de um processo de depreciação cambial.
 - Rejeição, pelo Congresso (últimos dias de dezembro de 1998), de uma das mais importantes medidas fiscais → contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- A situação parecia insustentável, principalmente após a moratória de dívida externa do Estado de Minas Gerais, em janeiro de 1999 (efeito pão de queijo).
- Gustavo Franco foi substituído no início de janeiro por Francisco Lopes na presidência do Bacen e, em 14 de janeiro, o Banco Central permitiu a flutuação da taxa de câmbio.
 - Um dia antes, o Bacen já havia alargado a banda de flutuação, mas imediatamente a taxa de câmbio atingiu o teto da banda.
- A desvalorização cambial parece ter sido uma imposição das circunstâncias.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- A taxa de câmbio se desvalorizou muito, chegando a valer 2,17 no final do mês de janeiro.
- O Bacen parecia não ter qualquer controle sobre o processo. Como, além disso, surgiram acusações de improbidades na gestão do Bacen, Francisco Lopes acabou sendo substituído por Armínio Fraga.
- A primeira medida de Fraga foi elevar a Selic para 45% a.a., com o intuito de aumentar o “custo de carregamento” de moeda estrangeira. A medida surtiu efeito e a taxa de câmbio fechou o ano em 1,84, com tendência de queda.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- A desvalorização aumentou consideravelmente a dívida pública, pois 30% dela estava atrelada ao câmbio (correção cambial).
- A participação dos títulos com correção cambial (NTN-D) aumentou como forma de oferecer *hedge* aos agentes econômicos privados.
- A desvalorização teve o impacto indesejável que se esperava sobre a taxa de inflação, que fechou o ano em 8,94%.
- A elevação da taxa de juros acabou tendo vários efeitos, já esperados.
 - Evitou uma desvalorização maior.
 - Evitou um repasse maior aos preços domésticos.
 - A economia estava “desaquecida” (e os mecanismos de indexação haviam sido desmontados).
 - Contribuiu para uma taxa de crescimento em 1999 próxima de zero.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Também contribuíram para o controle da inflação:
 - O aumento do salário mínimo de menos de 5% nominais (maio), mesmo com projeções de 20% para a inflação → papel crucial nas negociações salariais da época, balizando reajustes baixos.
 - A definição, em junho de 1999, de uma meta de inflação de 8% para o ano.
- No final do ano de 1999 a economia já dava mostras de recuperação.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Sem o câmbio como “âncora” para os preços, o Bacen adota o sistema de metas de inflação.
 - Metas para o IPCA “cheio”, quando, todos os países que utilizam esse sistema, utilizam alguma medida de núcleo de inflação; o medo do Bacen era criar um novo regime monetário que já nascesse sem credibilidade.
 - A meta inicial fixada para 1999 foi de 8% (tolerância de 2% acima ou abaixo do alvo) → metas de 6% para 2000 e de 4% para 2001, passando a partir de então a se definir a meta para o ano t no mês de junho de $(t-2)$.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- A partir de 1999 tivemos uma profunda reversão no resultado fiscal, com a geração de superávits primários expressivos.
 - No período 1999-2002 houve algum controle sobre a relação Dívida/PIB, mas ela ainda aumentou → foi um período de ajuste, ainda com endividamento.
 - Ajustes patrimoniais de 21% do PIB entre 1998 e 2002, por causa dos efeitos cambiais e do reconhecimento de dívidas antigas (“esqueletos”).
- A manutenção (e até aumento em vários anos) dos superávits primários se fez sentir, principalmente a partir de 2003, com uma redução sistemática da relação Dívida/PIB.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Logo, a partir de 1999, nossa combinação de política econômica passou a ser baseada no seguinte tripé macroeconômico:
 - 1) Metas para a inflação
 - 2) Ajuste fiscal → geração de superávits primários
 - 3) Câmbio flexível

- Cabe salientar que o ajuste fiscal foi centrado em medidas de aumento da receita, concentrado nas “contribuições”, tributos não compartilhados com Estados e Municípios.
 - As despesas correntes do governo aumentaram durante todo o período (em termos reais e em proporção do PIB).



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Em 2000, após a desvalorização do câmbio, as taxas de juros começam a cair. Os dois fatores fazem com que a economia se recupere e feche o ano com 4,39% de crescimento.
- Esperava-se uma taxa parecida para 2001, mas a crise de energia elétrica (choque adverso de oferta) acabou com essa pretensão e a economia fechou o ano com uma taxa de crescimento de 1,38% → tivemos um racionamento de energia elétrica, por três motivos:
 - Redução do investimento na geração de energia por parte do setor público (esperava-se um processo mais rápido de privatizações).
 - Crescimento da demanda, com inovações tecnológicas e mudanças nos hábitos de consumo.
 - Intensidade pluviométrica particularmente baixa.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

Brasil: Consumo de Energia Elétrica e Capacidade Instalada - 1981-2002

(Crescimento Médio por Período - %)

Década	Consumo de Energia Elétrica - % a.a.				Capacidade Instalada de Energia Elétrica (% a.a.)
	Indústria	Comércio	Residências	Total	
1981-1990	5.4	5.5	7.4	5.9	4.8
1991-2000	2.4	7.1	5.8	4.1	3.3
1981-2000	3.9	6.3	6.6	5.0	4.0

Fonte: Pires, Gostkorzewicz e Giambiagi (2001) com base em dados da Eletrobrás



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Em 2001, a economia também foi prejudicada por outros eventos: Crise argentina e os atentados de 11 de setembro.
 - O risco-país voltou a aumentar, refletindo uma menor disponibilidade de capitais para o país, afetando os juros domésticos.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Em 2002, novamente esperava-se um crescimento robusto. Entretanto, quando Lula mostrou força na corrida eleitoral (maio), tivemos um forte aumento do risco e da expectativa de desvalorização cambial.
 - A forte “fuga de capitais” fez com que a taxa de câmbio de depreciasse acentuadamente, mesmo com o Bacen elevando a taxa de juros → isso pressionou a taxa de inflação.
 - O risco-país, medido pelo C-Bonds atingiu 2000 pontos-base em outubro.
 - A taxa de câmbio (venda – final de período) era 2,36 em abril, atingiu 3,89 em setembro e encerrou o ano em 3,53.
- Novamente tivemos um efeito adverso sobre a taxa de crescimento, inferior a esperada, para os anos de 2002 e 2003.
 - A taxa de crescimento foi 3,05% em 2002 e 1,14% em 2003.



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Os agentes econômicos pareciam entender que o compromisso com a estabilidade e a austeridade era do presidente FHC, juntamente com seu ministro da Fazenda (Pedro Malan).
- Havia dúvidas, porém, sobre até que ponto esses compromissos seriam mantidos pelo governo seguinte.
- Essas dúvidas foram alimentadas não somente pelo discurso histórico do Partido dos Trabalhadores, mas por diversas declarações durante a campanha eleitoral, de economistas e/ou assessores econômicos do PT → veja uma lista extensa no livro de economia brasileira de Giambiagi et al.
 - Repúdio ao pagamento das dívidas interna e externa, ao ajuste fiscal, ao sistema de metas para a inflação,...



A Crise de 1999 e o Segundo Governo FHC

- Em 2001 o Partido dos Trabalhadores publica um documento intitulado “Um outro Brasil é possível”, (posteriormente complementado pelo “Fome Zero”) divulgado como plano econômico → nele constavam entre outras, textualmente, as propostas de:
 - Renegociação da dívida externa.
 - Limitação, na forma de um percentual-teto das receitas, dos recursos destinados ao pagamento de juros da dívida pública.
- O programa econômico, posteriormente, em parte revisto (mas sem mudanças de fundo) e rebatizado, sintomaticamente, de “A ruptura necessária”.
- Adicionalmente, existiam propostas que, no seu conjunto implicavam em aumentar o “gasto social” em cerca de 5% PIB sem destacar como isso seria financiado.



As Reformas do Período 1995-2002

- 1) Privatização e o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações*
 - Ênfase das privatizações → telecomunicações e Energia.
 - Consequências:
 - a dívida pública foi favoravelmente afetada;
 - na maioria dos casos, as empresas ficaram em melhor situação e se tornaram mais eficientes;
 - no caso das telecomunicações, em particular, houve claros benefícios sociais;
 - houve sérios problemas regulatórios no setor elétrico.

* O Programa Nacional de Desestatização foi lançado em abril de 1990 → Lei nº 8.031 de abril de 1990.



As Reformas do Período 1995-2002

- 2) Maior abertura e mudança no tratamento do capital estrangeiro
 - Maior volume de comércio (pequeno) e maiores fluxos de IDE.
 - Abertura dos setores de mineração e energia à possibilidade de exploração por parte do capital estrangeiro e mudança no conceito de empresa nacional.
 - Permissão para que as firmas com sede no exterior passassem a dispor do mesmo tratamento que as empresas constituídas por brasileiros.
- 3) Saneamento do sistema financeiro
 - PROER e privatização de bancos estaduais
- 4) Novos regimes monetário e fiscal → a partir de 1999



As Reformas do Período 1995-2002

5) Reforma (parcial) da Previdência Social em Duas Etapas

- a) Emenda Constitucional no 20, de 1998 → estabeleceu-se uma idade mínima para os novos entrantes na administração pública, e ampliou-se a necessidade de tempo de contribuição para quem já estava na ativa, além de “desconstitucionalizar” a fórmula de cálculo das aposentadorias do INSS.
- b) Lei no 9.876/99 → aprovou-se o “fator previdenciário” para o INSS → novas aposentadorias passariam a ser calculadas em função da multiplicação da média dos 80% maiores salários de contribuição (a partir de julho de 1994 — para evitar questionamentos acerca de como indexar os valores anteriores ao Plano Real) por um fator previdenciário tanto menor quanto menores fossem o tempo de contribuição e a idade de aposentadoria.



As Reformas do Período 1995-2002

6) Renegociação das dívidas estaduais.

- A renegociação dos passivos estaduais consistiu na “federalização” de dívidas frente ao mercado, mediante comprometimento dos estados junto à União, com as dívidas sendo pagas em 30 anos, na forma de prestações mensais.

7) Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- Já a LRF estabeleceu tetos para as despesas com pessoal em cada um dos poderes nas três esferas da Federação e, entre vários dispositivos de controle das finanças públicas, proibiu novas renegociações de dívidas entre entes da Federação.

8) Criação de agências reguladoras de serviços de utilidade pública.

- Anatel, ANP e Aneel.



As Reformas do Período 1995-2002

- Certamente a principal mudança estrutural (reforma) da economia brasileira na década de 1990 foi o Plano Real → como vimos, começou a ser elaborado ainda em 1993.
- O fim da hiperinflação permitiu a maior transparência das contas públicas, a melhoria do ambiente de negócios e a maior potência das políticas sociais.



O Mercado de Trabalho - 1995/2002

- No caso do emprego os problemas principais localizaram-se no período de governo 1995-1998, uma vez que durante o segundo governo a geração de emprego foi de 2,0% a.a., em média.
 - Comparações difíceis, pois a metodologia da PME mudou em 2002.
- **Giambiagi** → estima-se que a taxa média anual de desemprego aberto no Brasil em 2002 tenha sido de 7,2% (metodologia antiga). Ela se compara com 5,1% em 1994 e com os 7,6% de 1998.
 - Em outras palavras, a piora do desemprego nos oito anos de FHC se deu no seu primeiro governo, já que entre 1998 e 2002 o desemprego diminuiu.



As Políticas Sociais do Período 1995/2002

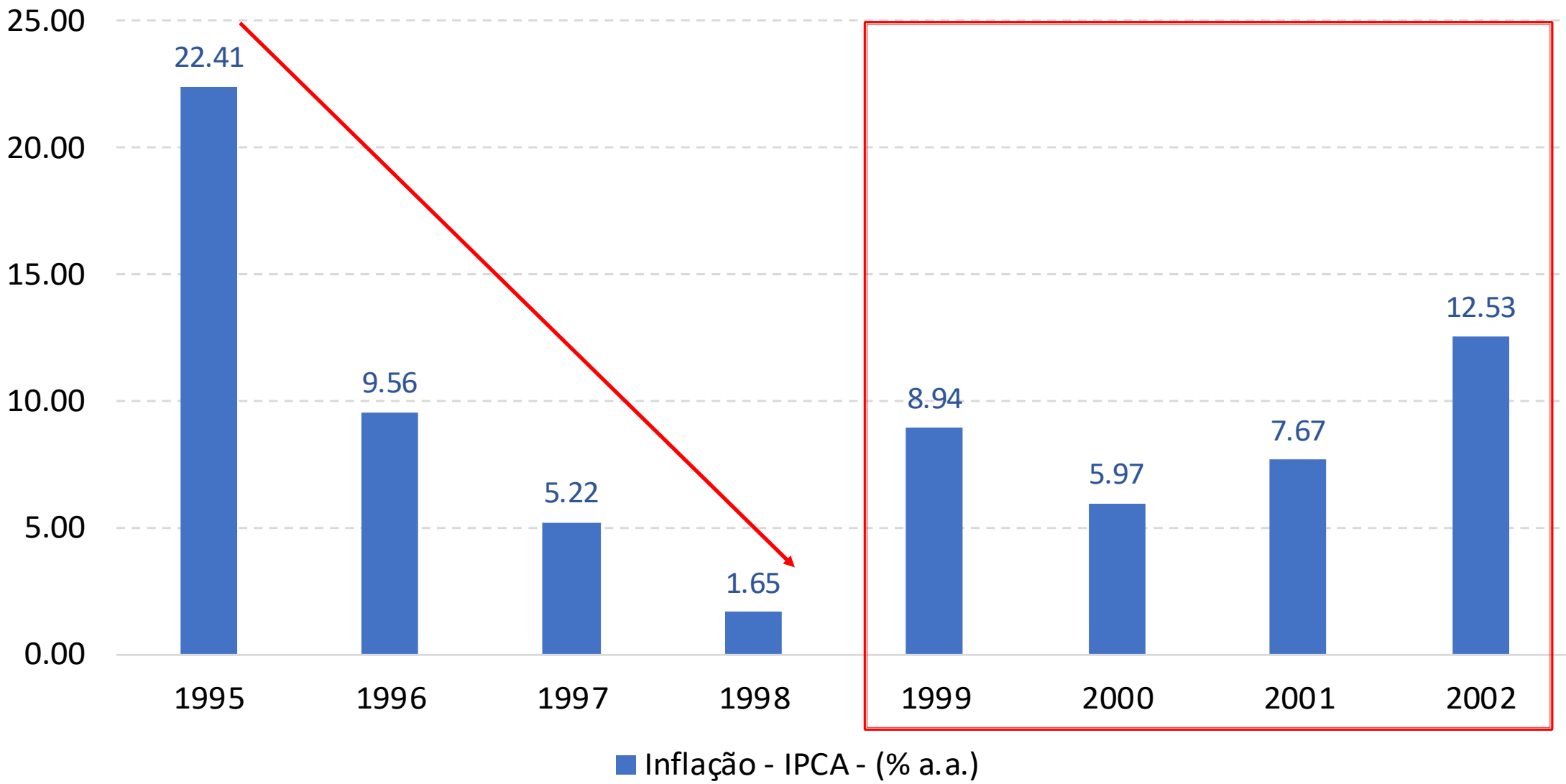
- Vários programas sociais foram criados e outros expandidos, principalmente no segundo mandato de FHC.
- A expansão das medidas previstas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) → garantia de um salário-mínimo a idosos e deficientes, independentemente de contribuição prévia.
 - No final de 2002, juntamente com as Rendas Mensais Vitalícias (RMV), atendia diretamente a aproximadamente 2,3 milhões de pessoas.
- O Bolsa-Escola → no final do governo beneficiava 5 milhões de famílias.



As Políticas Sociais do Período 1995/2002

- O Bolsa-Renda → auxílio para, aproximadamente, 2 milhões de famílias pobres das regiões que enfrentavam o problema da seca.
- O Bolsa-Alimentação → atendia a 1 milhão de gestantes/ano na fase de amamentação.
- O Auxílio Gás → beneficiando 9 milhões de famílias para subsidiar o custo do botijão de gás.
- O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) → programa para retirar 1 milhão de crianças do trabalho, dando a elas bolsas para estudar.

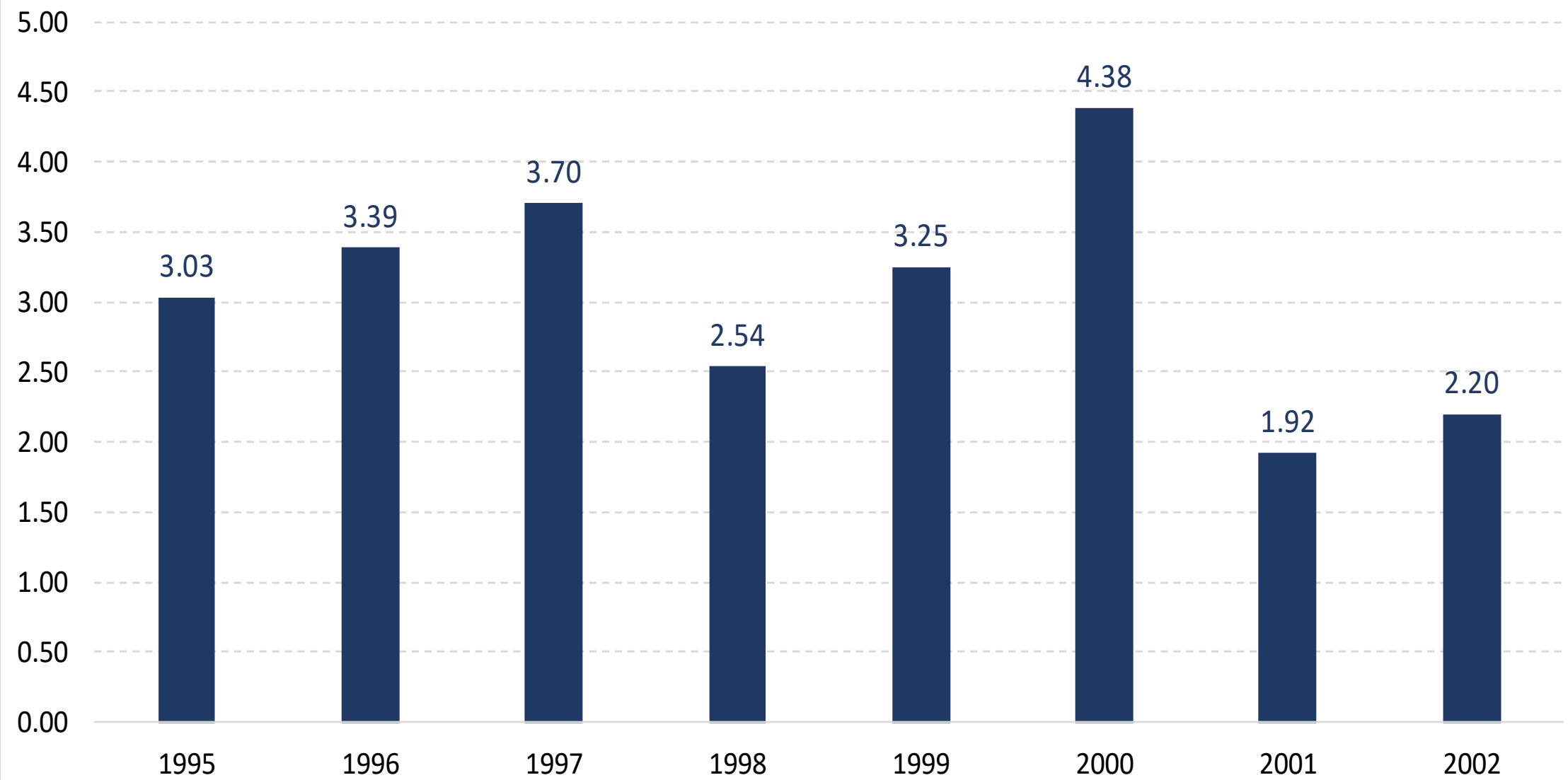
Inflação (%) - 1995 - 2002



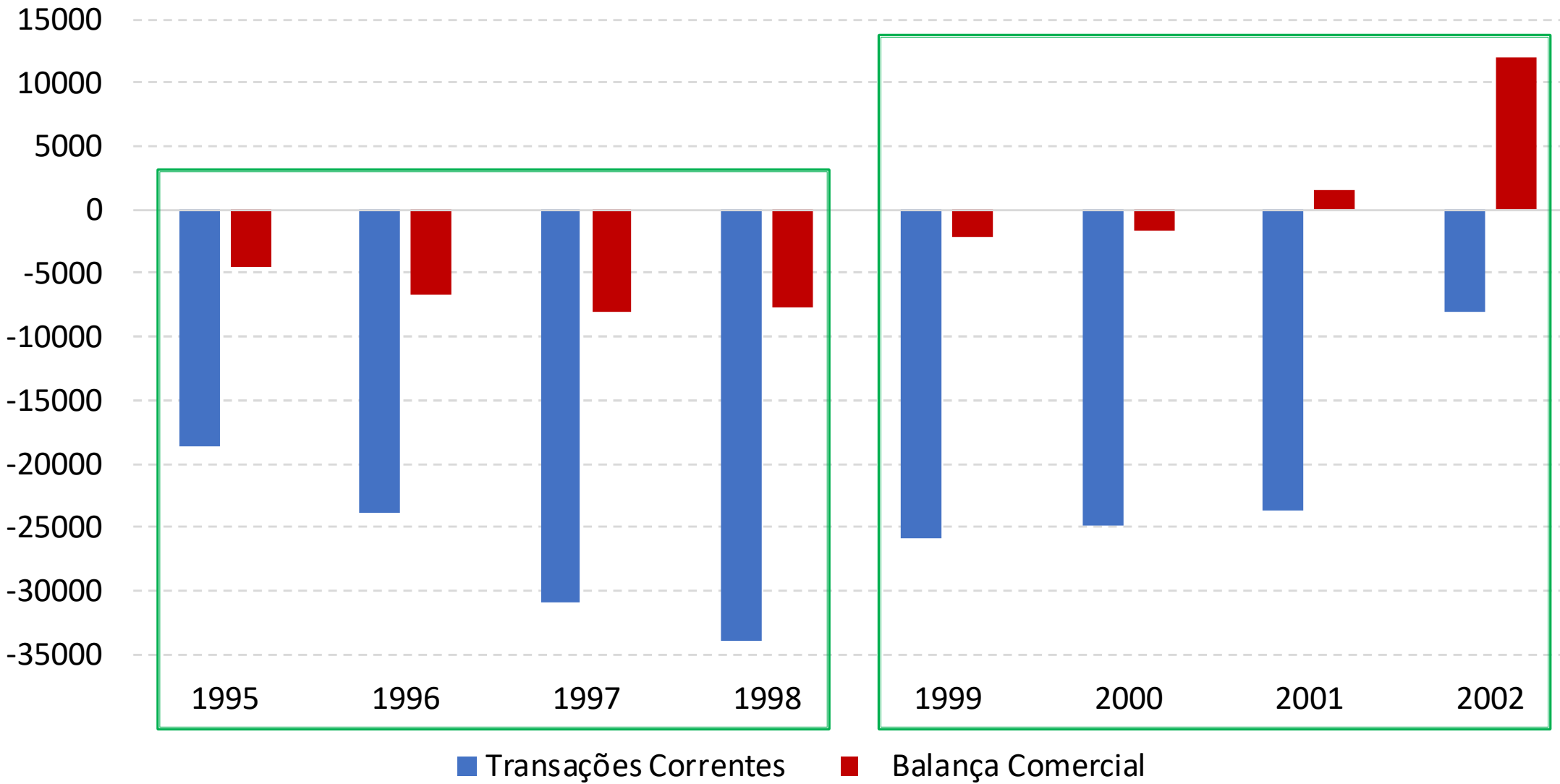
Taxa Real de Câmbio - Index



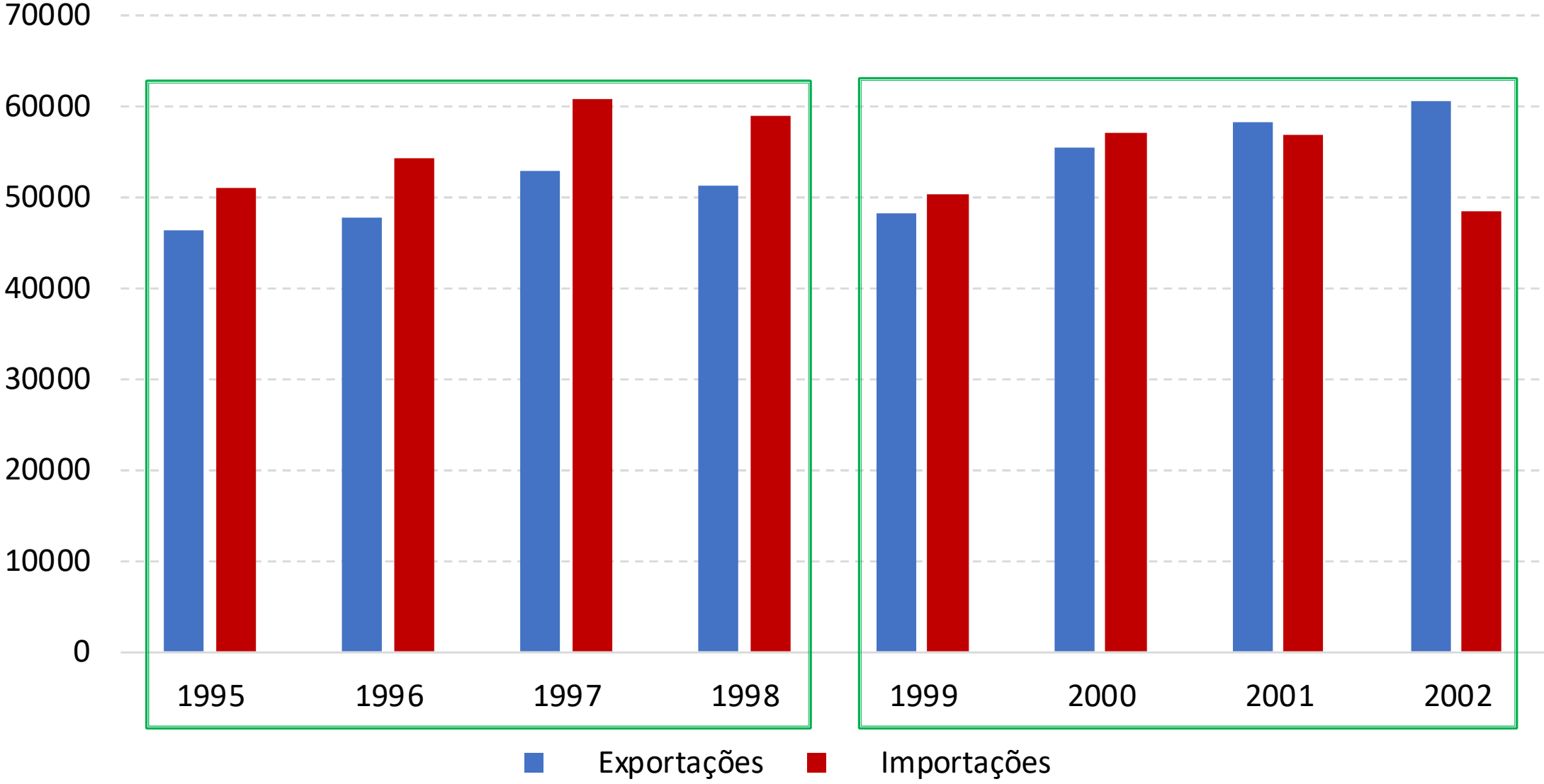
Taxa de Crescimento da Economia Mundial (% a.a.) - Banco Mundial



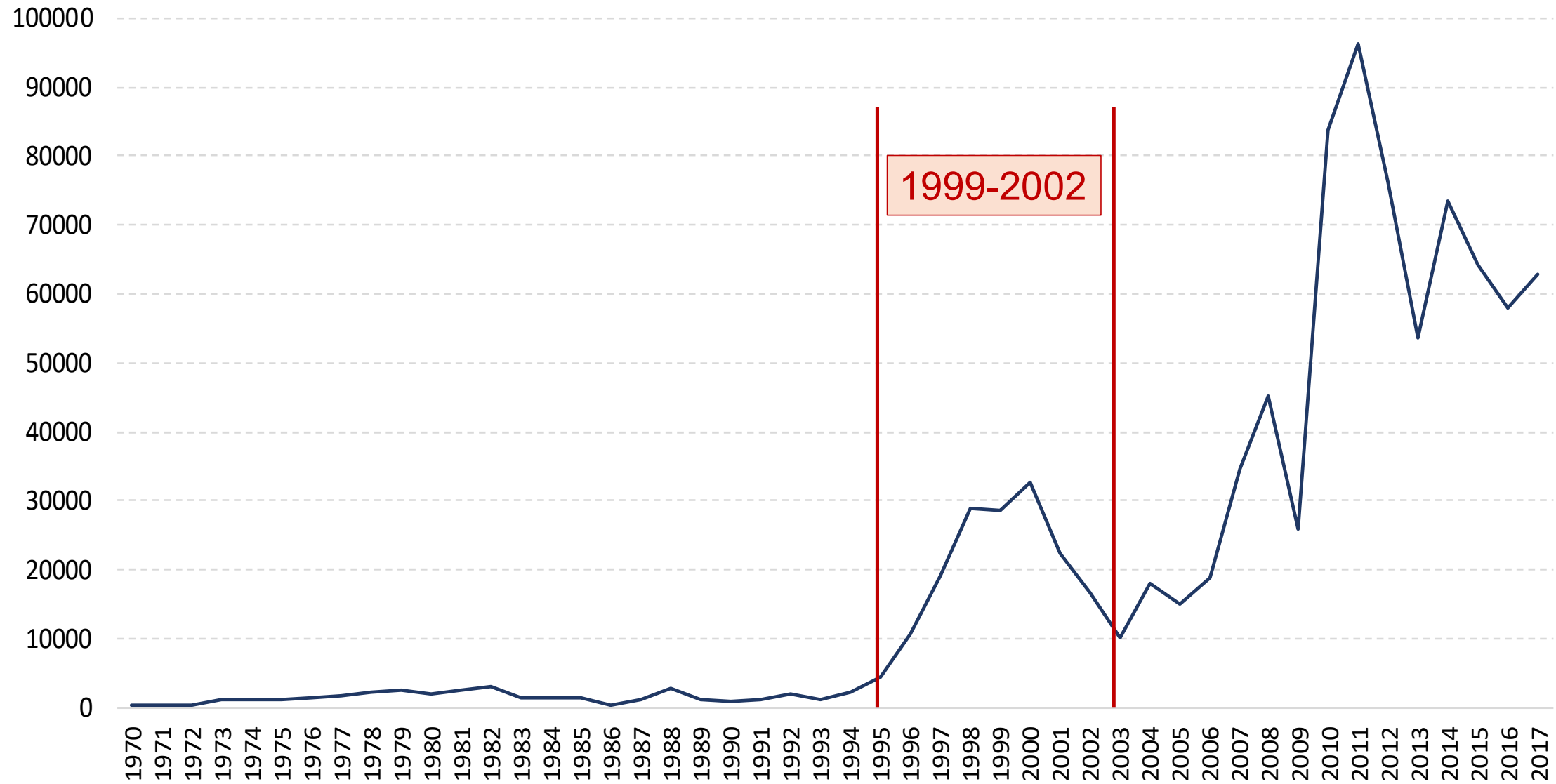
Conta Corrente e Balança Comercial - US\$ Milhões



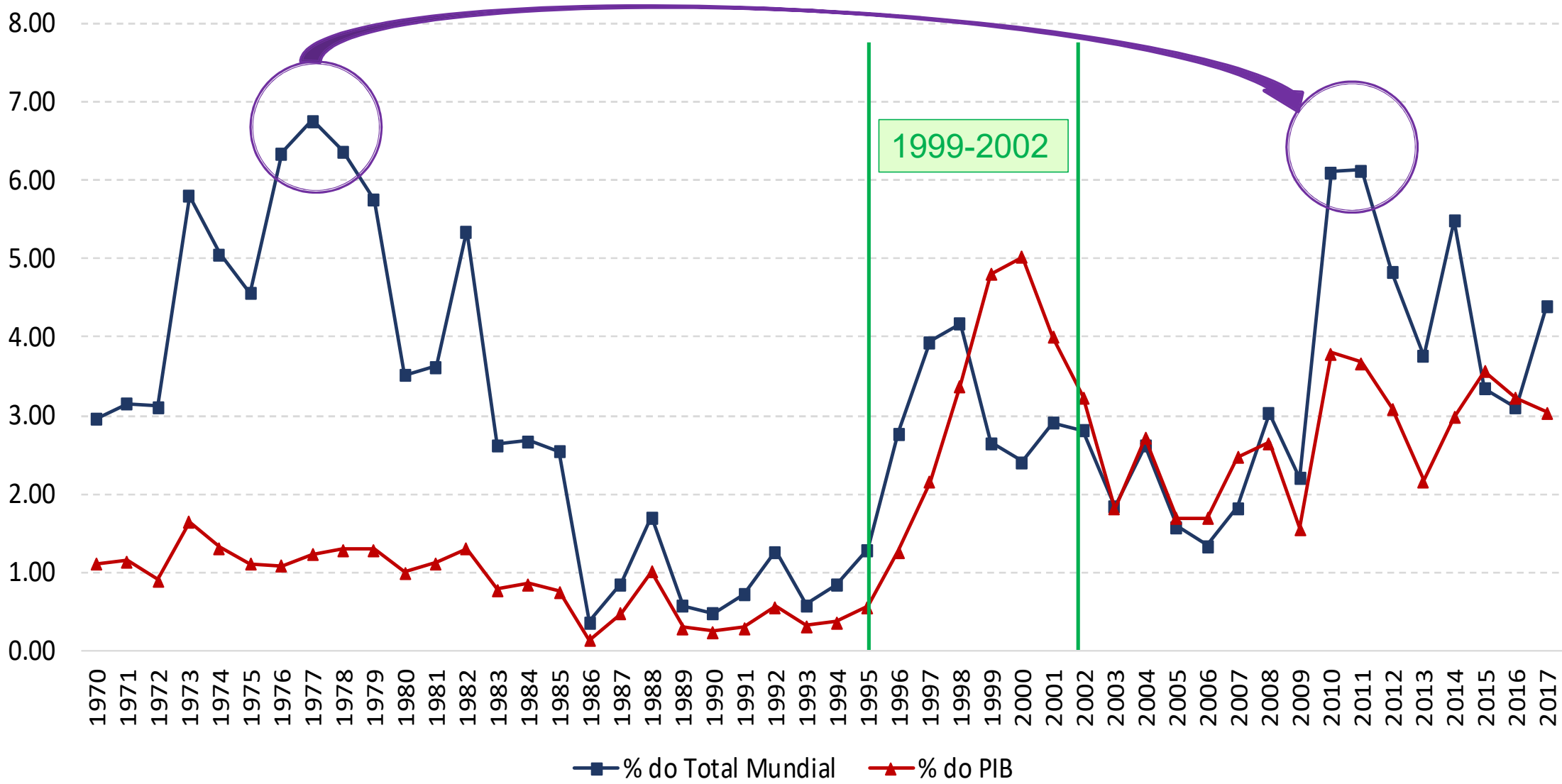
Exportações e Importações de Bens - US\$ Milhões



Investimento Direto Estrangeiro - Milhões de US\$ - Fonte: UNCTAD

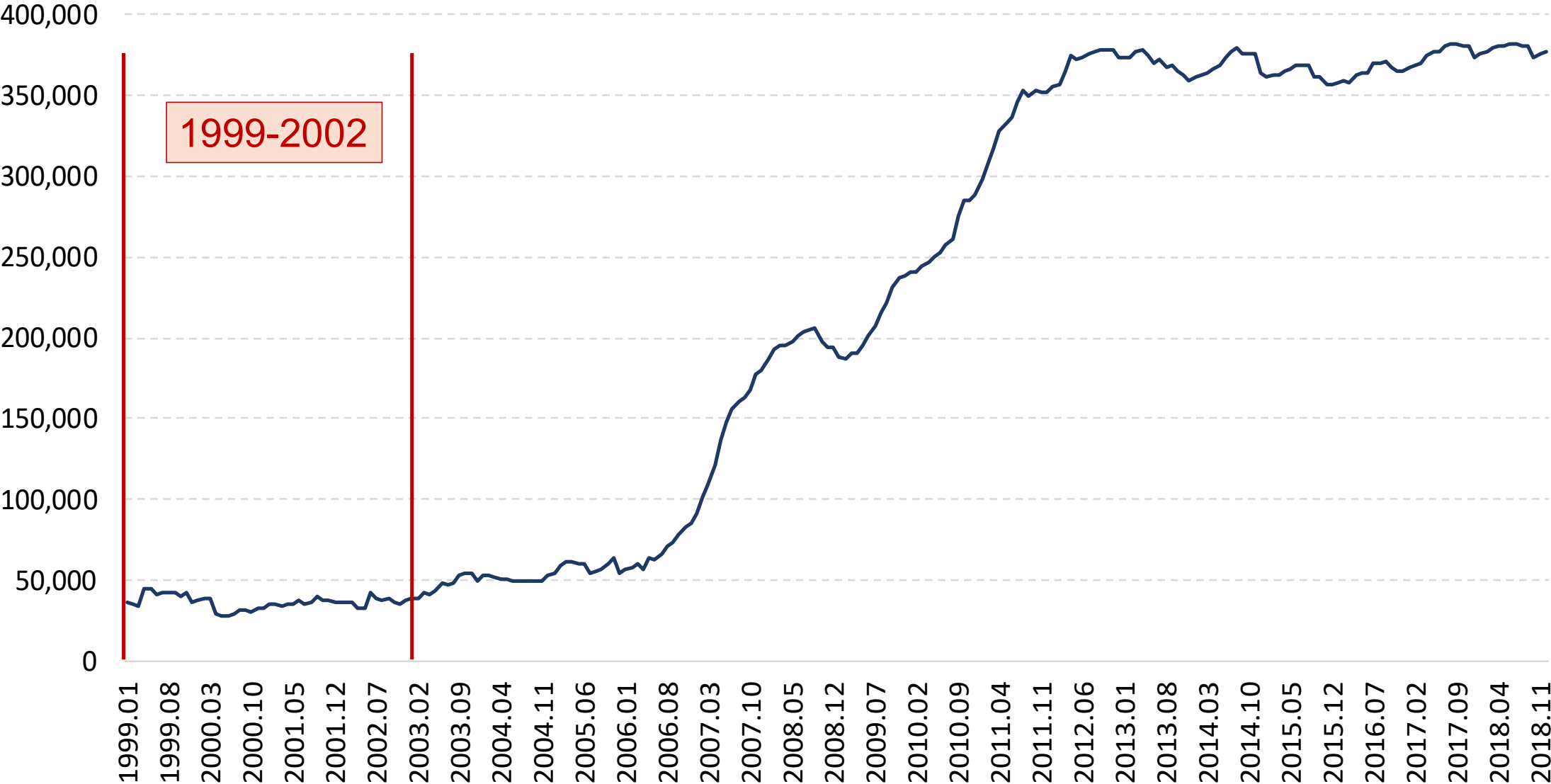


Investimento Direto Estrangeiro - Participação - Fonte: UNCTAD

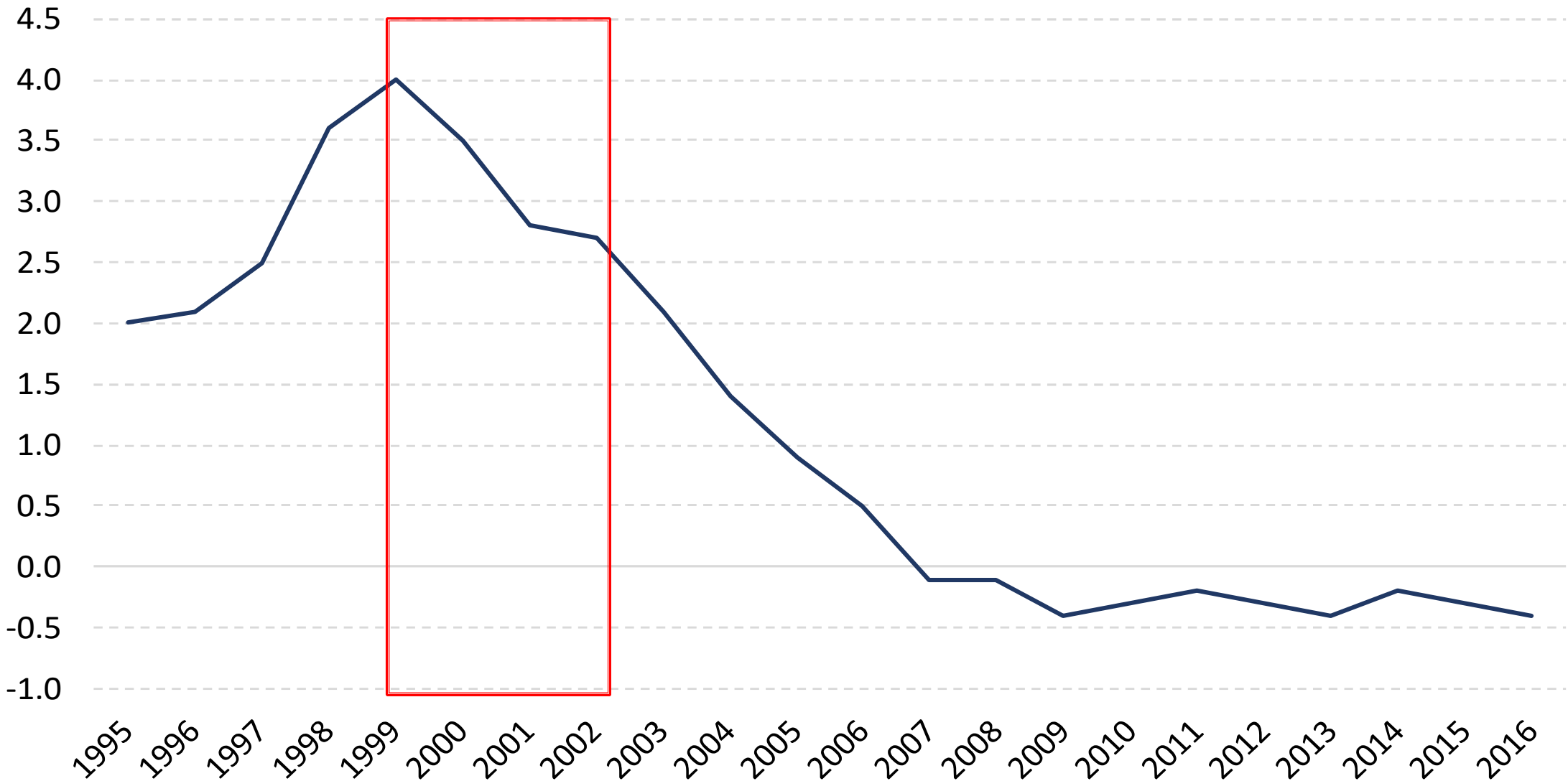


Reservas Internacionais - Milhões de US\$ - BCB (1999/01 - 2018-12)

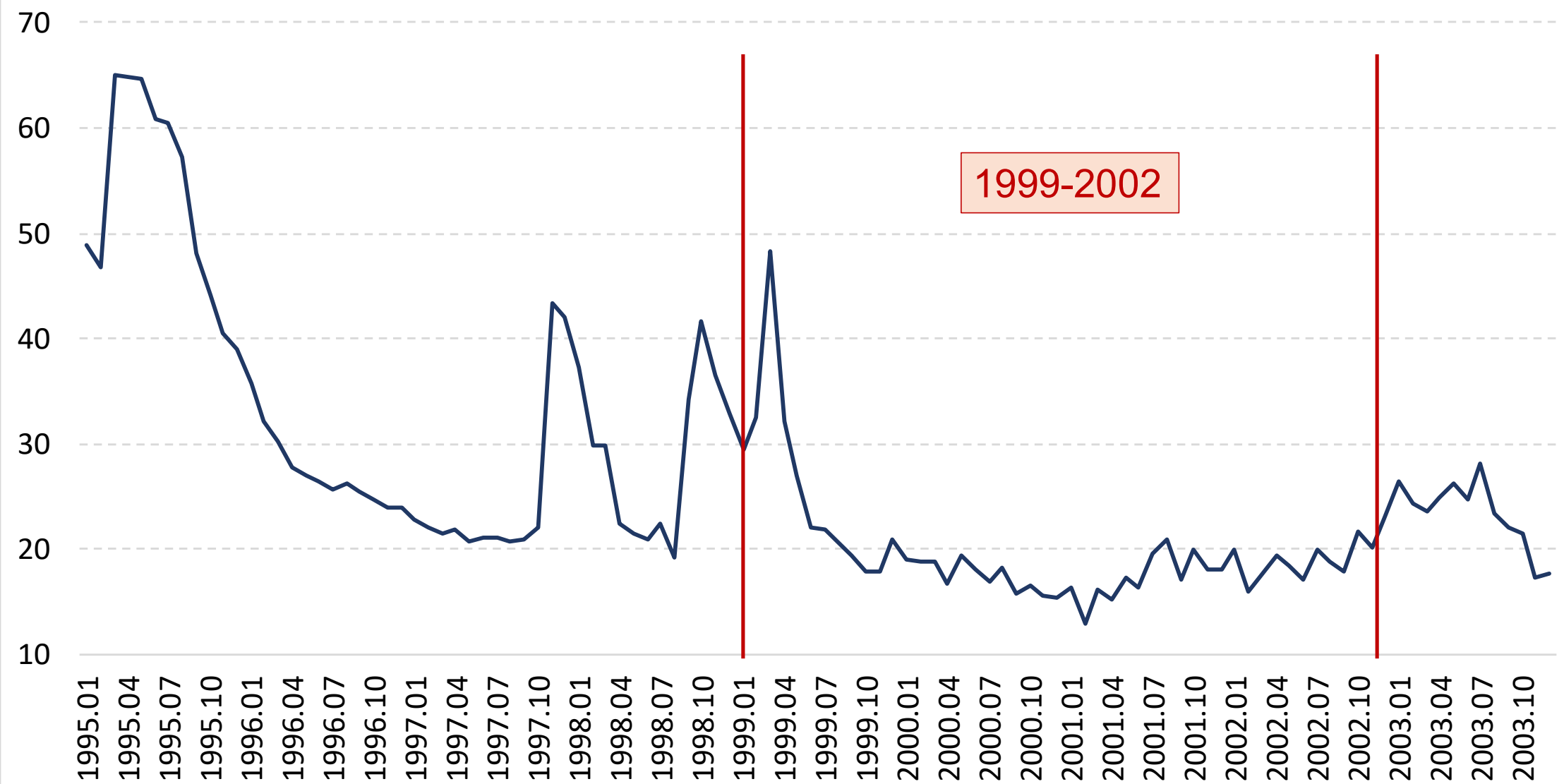
1999-2002



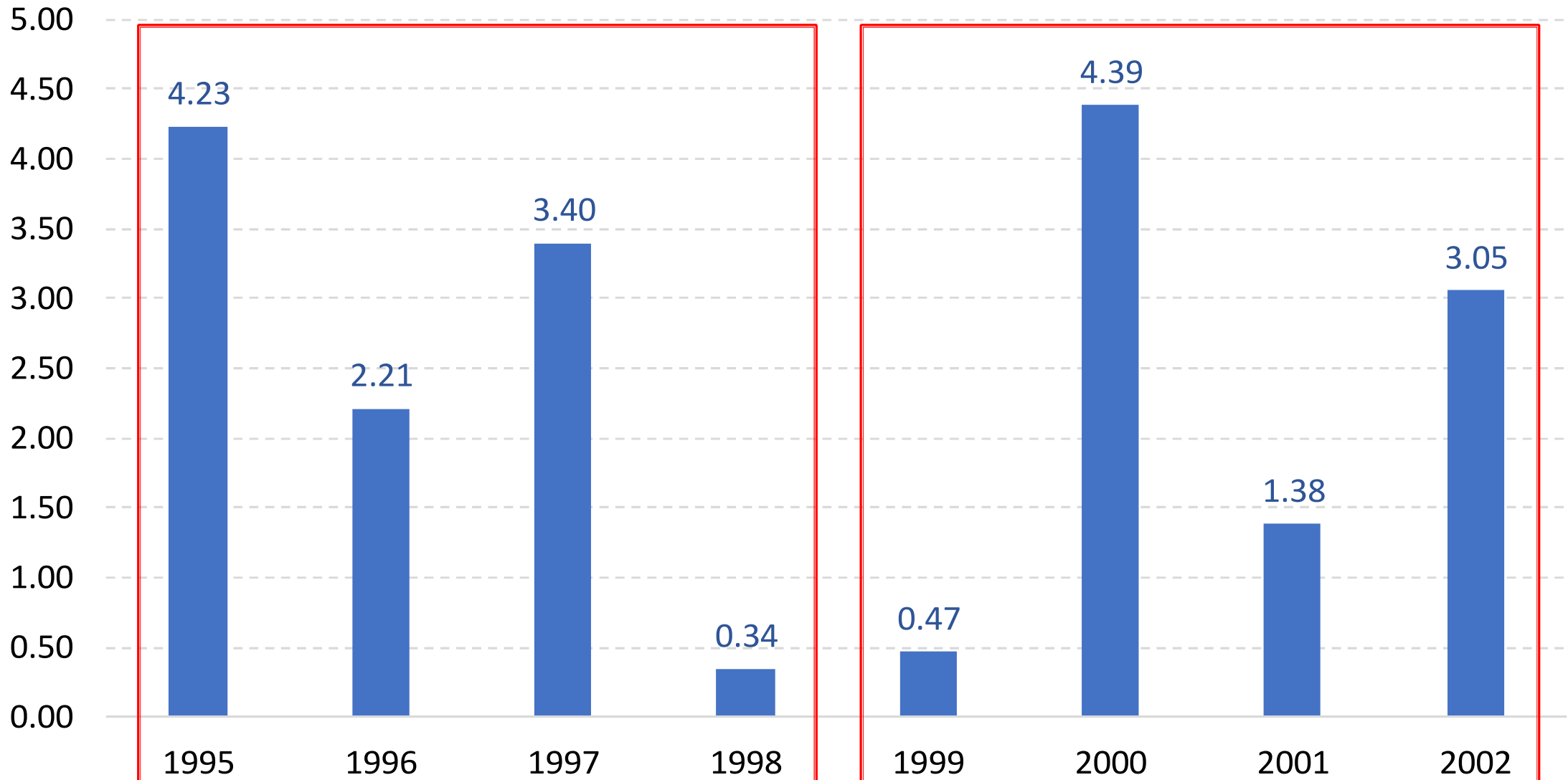
Dívida Externa Líquida/Exportações - BCB



Taxa Over / Selic - (% a.a.) - 1995/01-2003/12



Taxa de Crescimento do PIB (%)



Taxas de Crescimento do PIB (Médias por Período - %) - 1995-2002

Variável	1995-1998	1999-2002	1995-2002
Consumo Total	2.9	1.7	2.2
Consumo do Governo	1.0	2.0	1.5
Consumo das Famílias	3.5	1.6	2.5
FBKF	4.1	-1.2	1.4
Exportações	3.2	8.5	5.8
Importações	12.1	-4.2	3.6
PIB	2.5	2.3	2.4

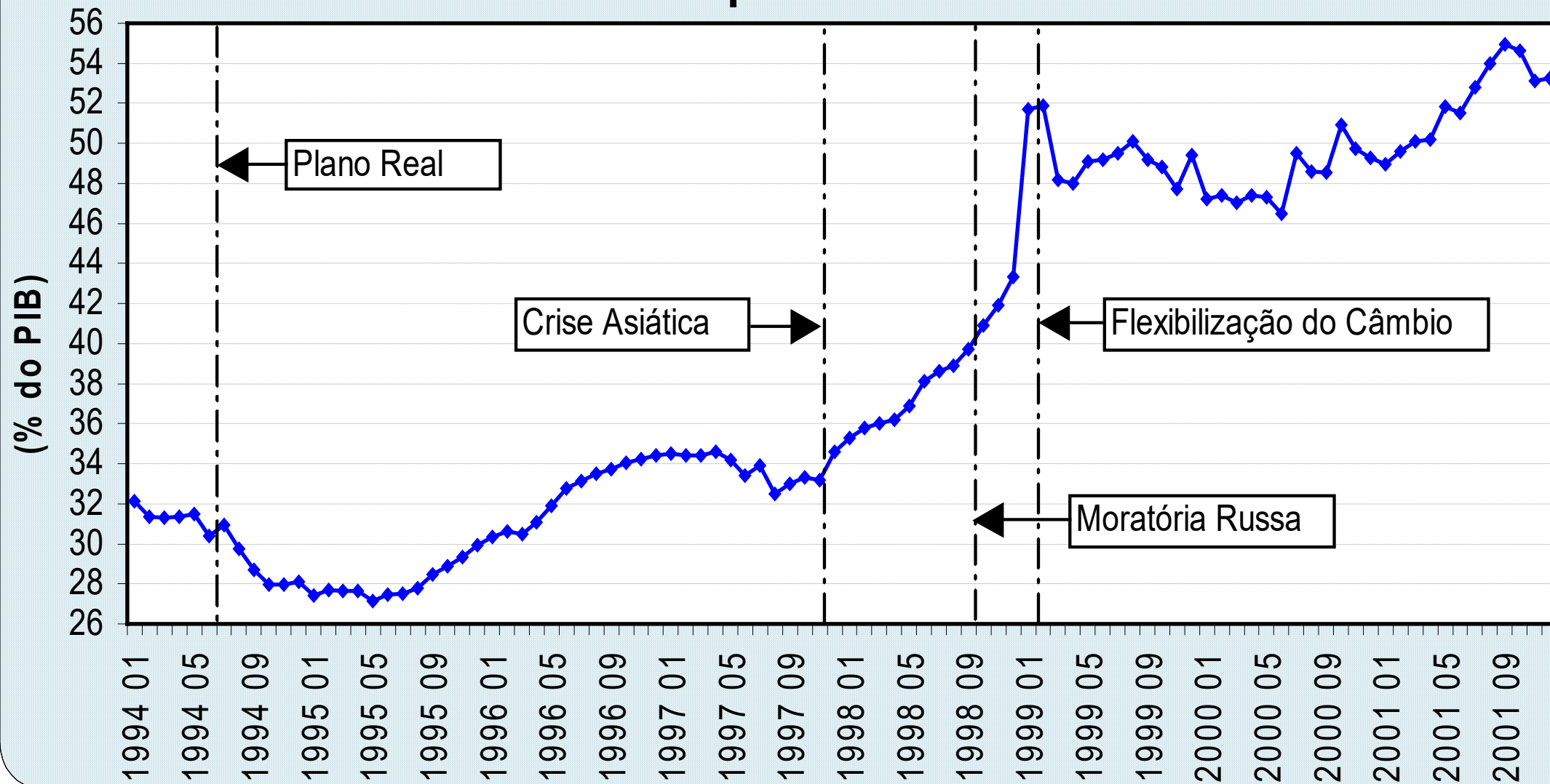


Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicadores do Mercado de Trabalho - 1995-2002 (Taxas de Crescimento - Médias por Período - %)

Variável	1995-1998	1999-2002
PIA	2.3	2.2
PEA	1.9	1.9
População Ocupada	1.2	2.0
Com Carteira Assinada	-0.7	1.5

Dívida Líquida do Setor Público



Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48
2011	2.25	0.80	0.07	3.12	5.71	-2.59
2012	1.96	0.49	-0.06	2.39	4.86	-2.47
2013	1.55	0.34	-0.01	1.88	5.14	-3.26
2014	-0.4	-0.15	-0.08	-0.63	6.08	-6.71
2015	-1.98	0.16	-0.07	-1.89	8.50	-10.39
2016	-2.54	-0.04	0.04	-2.54	6.50	-9.04
2017	-1.80	0.10	0.00	-1.70	6.10	-7.80

EMBI + : Risco-Brasil - J.P.MORGAN - 29/04/94 - 27/09/2018





1) BNDES – Economista – 2009 - 52

Qual a política cambial adotada em 1994, logo após a introdução da nova moeda, o Real?

- a) Taxa de câmbio flutuante
- b) Taxa de câmbio fixa
- c) Taxas de câmbio múltiplas e fixas
- d) *Currency board*
- e) Congelamento cambial



2) BNDES – Economista – 2009 - 53

Nos anos imediatamente subsequentes ao Plano Real, houve uma sobrevalorização da moeda brasileira e *déficits* substanciais na conta corrente do balanço de pagamentos, embora o Banco Central acumulasse reservas de divisas internacionais, pois a conta de capital era superavitária. Em 1999, o Brasil mudou seu regime cambial para flutuante, após perdas substanciais das reservas no Banco Central. Esta mudança na situação se deveu ao(à)

- a) aumento da expansão monetária doméstica.
- b) recrudescimento da inflação doméstica.
- c) diminuição do *superávit primário do setor público*.
- d) diminuição da arrecadação fiscal.
- e) crise asiática e russa, mudando a situação da conta de capital brasileira.



3) Petrobrás – Economista jr. – 2010 - 60

O Plano Real de combate à inflação, adotado no Brasil na década de 1990,

- a) promoveu, no início de 1994, uma indexação ampla da economia, criando a Unidade Real de Valor (URV).
- b) congelou a taxa de câmbio R\$/US\$ desde o início de 1994, para conter os aumentos de preços.
- c) foi antecedido pelo aumento de gastos do setor público, decorrentes do Plano de Ação Imediata (PAI), de 1993.
- d) baseou-se num congelamento geral de preços e salários durante o ano de 1994.
- e) conduziu a um crescimento do PIB real a taxas sempre acima de 7% a.a., na segunda metade da década de 1990.



4) Petrobrás – Economista Jr. – 2010 - 61

O sistema de metas de inflação, para a estabilização permanente da economia brasileira, foi adotado

- a) desde o início de 1994, com o Plano Real.
- b) logo após a desvalorização cambial de 1999.
- c) no início do primeiro governo Lula, em 2002.
- d) na década de 1980, após o Plano Cruzado.
- e) por recomendação do Comitê de Basileia.



5) Petrobrás – Economista – 2005 - 79

O Plano Real constituiu-se na experiência brasileira de âncora cambial. Entre as medidas fiscais inicialmente adotadas, destacam-se:

- a) implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE).
- b) implementação da Unidade Real de Valor (URV), criação do Imposto de Renda e do Fundo Social de Emergência (FSE).
- c) implementação do Plano de Ação Imediata (PAI), do Fundo Social de Emergência (FSE) e elevação dos gastos obrigatórios com educação e habitações.
- d) implementação da Unidade Real de Valor (URV), fixação da taxa de câmbio em 1R\$/US\$ e redução das tarifas alfandegárias.
- e) valorização da taxa cambial, criação de mecanismos modernos de arrecadação e privatização da previdência.



6) Petrobrás – Economista – 2005 - 80

A política econômica pós-Real vem sendo caracterizada pela conjugação de uma política de metas:

- a) monetárias, câmbio flutuante e política fiscal expansionista.
- b) monetárias, bandas cambiais e obtenção de déficit nominal zero pela política fiscal.
- c) de inflação, câmbio fixo e equilíbrio orçamentário.
- d) de inflação, câmbio flutuante e déficit primário necessariamente inferior a 3% do PIB.
- e) de inflação, câmbio flutuante e obtenção de superávits primários pela política fiscal.



7) BR Distribuidora – Economista – 2012 - 54

Uma das consequências que pode ser atribuída à implementação do Plano Real foi a(o)

- a) expansão de crédito que beneficiou principalmente a indústria exportadora, frente a um câmbio favorável.
- b) expansão significativa da demanda, resultando na queda da inflação devido à redução das taxas de juros.
- c) queda da inflação, ainda que não imediatamente após sua implementação, mas sim de forma mais lenta em relação, por exemplo, ao Plano Cruzado.
- d) valorização cambial, forçando os preços internos a se ajustarem aos internacionais, acomodando, assim, a inflação dos bens *tradeables* e *non-tradeables*.
- e) crescimento significativo da atividade econômica, impulsionado pela elevação dos investimentos, com uma reação negativa da demanda no início do Plano, após sua implementação.



8) Bacen – 2010 – Básico - 44

O Plano Real de estabilização da economia brasileira, de 1994, levou inicialmente ao(à)

- a) congelamento geral de preços e salários.
- b) congelamento da taxa de câmbio R\$ / US\$.
- c) estabelecimento de metas de inflação para o Banco Central do Brasil.
- d) valorização do real em relação ao dólar americano.
- e) forte expansão das exportações.



9) IM – 2015 – Questão 25

Quanto ao Plano Real, assinale a opção INCORRETA.

- a) O Plano foi concebido e implementado em três etapas: equilíbrio das contas do governo, criação de um padrão estável de valor e emissão de nova moeda com poder aquisitivo real.
- b) Com as medidas adotadas na primeira etapa do Plano Real, o governo pretendia efetuar um ajuste fiscal nas contas públicas.
- c) Na segunda etapa do Plano Real, a Unidade Real de Valor (URV) foi utilizada para restaurar a função de unidade de conta da moeda.
- d) O Plano Real é considerado por diversos analistas como um dos mais bem-sucedidos programas de estabilização do Brasil.
- e) Na fase pós-real, o ambiente econômico tornou-se mais instável e imprevisível, mas a equação básica do crescimento foi solucionada.



10) IM – 2016

Estava claro para os condutores da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso que, após o fim da alta da inflação, alguns ajustes estruturais deveriam ser efetuados. No que se refere ao sistema financeiro, com o fim das receitas de FLOAT dos bancos, as ineficiências do setor ficaram expostas. Em tal contexto, entre 1995 e 1997 ocorreram as crises dos bancos econômico, nacional e Bamerindus e, dos estaduais BANERJ e BANESPA. O governo atuou em diversas frentes, dentre elas, instituiu o programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento do sistema financeiro nacional (PROER). Sendo assim, assinale a opção que apresenta uma medida adotada para reestruturar o sistema financeiro nacional.



- a) Encampar a maioria dos bancos estaduais, mediante negociação com os governadores.
- b) Dificultar a operação de bancos estrangeiros no país, até que o sistema bancário brasileiro estivesse consolidado.
- c) Manter os requisitos de capital para a constituição de bancos no país.
- d) Favorecer o processo de conglomeração no setor, com menos instituições, porém mais fortes.
- e) Melhorar o monitoramento do nível de risco do sistema, com atuação reguladora do Banco do Brasil, CEF e BACEN.



11) BNDES – Economista – 2013 - 62

A resposta da política econômica brasileira à crise mundial de 2008, com seus subsequentes desdobramentos na área do euro, tem sido a de

- a) estimular a economia, monetária e fiscalmente, impedindo uma maior queda da demanda doméstica.
- b) aumentar o *superávit* fiscal do governo, garantindo sua solvência.
- c) realizar uma ampla reforma fiscal, reduzindo o número de impostos.
- d) adotar uma política cambial de valorização do Real, estimulando as exportações.
- e) aprofundar o processo de substituição de importações, aumentando o *superávit* em conta corrente.



12) AFC - Econômico-Financeira– ESAF - 2013 - 5

Indique qual das opções a seguir não fez parte da concepção e implementação do Plano Real.

- a) O programa do Plano foi apresentado com antecedência, sem surpresas e sua implementação foi gradativa e transparente.
- b) Introdução de uma nova moeda sujeita a uma política monetária mais restritiva.
- c) Redução da taxa de juros para fomentar o consumo e evitar a formação de estoques especulativos.**
- d) Um significativo ajuste fiscal composto de aumento de impostos, corte nos gastos públicos e a criação do Fundo Social de Emergência.
- e) Uma âncora cambial, ou seja, câmbio fixo como instrumento para manter a inflação baixa.



13) AFC - Econômico-Financeira– ESAF - 2013 - 6

A partir da crise cambial sofrida pelo Brasil em 1999, um forte ajuste fiscal foi promovido na economia. Fazem parte deste ajuste fiscal uma elevação do superávit primário e a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Indique qual das seguintes opções **não** descreve características deste ajuste fiscal.

- a) As metas de superávit primário foram atingidas nos anos subsequentes, mas a cada ano as metas foram reduzidas, podendo assim ser atingidas com um esforço fiscal cada vez menor.
- b) A maior parte do esforço para atingir as metas de superávit fiscal foi feita pelo Governo Central, com os Governos Regionais contribuindo em menor grau.
- c) Houve um forte aumento da carga tributária.



- d) A promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal de fato obteve êxito em modificar alguns comportamentos fiscais perversos, especialmente em nível subnacional.
- e) Embora o ajuste tenha levado a uma elevação da receita, ele não logrou obter uma redução concomitante dos gastos públicos.



14) AFC - Econômico-Financeira– ESAF - 2013 - 10

Contribuíram diretamente para a queda da desigualdade brasileira a partir de 1993 todos os seguintes determinantes, exceto:

- a) a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) declínio da inflação.
- c) convergência rural-urbana.
- d) redução no retorno à educação.
- e) programas sociais de transferências governamentais.



15) Defensoria Pública - MT – Economista – FGV – 2015 - 69

Ao longo da década de 2000, diversos indicadores sociais apresentaram significativa melhora no Brasil. Em relação às principais razões que contribuíram para esse processo de melhora, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

(V) Houve uma redução da diferença de renda *per capita* entre os países mais ricos e os mais pobres.

(V) A melhora das variáveis de mercado de trabalho, com o aumento real do salário mínimo e o aumento do emprego formal, contribuíram para a redução da desigualdade salarial.

(V) O maior acesso ao crédito ampliou o acesso a diversos bens, o que contribuiu para a formalização e, conseqüentemente, para a redução da desigualdade.



As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, F e V.
- c) V, V e F.
- d) F, V e F.
- e) F, F e F.



16) Defensoria Pública - MT – Economista – FGV – 2015 - 72

O Plano Real teve três fases de implementação: ajuste fiscal, desindexação e âncora nominal. Em relação à terceira fase de implementação do Plano Real, assinale a opção que indica uma de suas características.

- a) Lançou o Programa de Ação Imediata (PAI), como forma de combater a sonegação.
- b) Criou uma “*quase moeda*” para reduzir o período de reajuste dos preços.
- c) Lastreou a oferta monetária em reservas cambiais com o teto cambial fixado em um dólar para um real. **Afirmção absurda**
- d) Passou a calcular a URV com base na variação média de três índices de preços.
- e) Manteve a taxa de compulsórios pelo Banco Central junto ao sistema bancário.



17) CESGRANRIO - 2019 - Economista (UNIRIO)

- O financiamento do déficit orçamentário do setor público no Brasil, até o início dos anos 1990, ocorreu, em boa medida, através da emissão monetária inflacionária.
- Depois do Plano Real, o financiamento monetário inflacionário tornou-se limitado, e o mecanismo alternativo importante para financiar passou a ser a
 - a) acumulação de reservas internacionais.
 - b) redução dos gastos correntes do governo.
 - c) colocação de títulos da dívida pública no mercado financeiro.
 - d) transferência de recursos do exterior, via superávit em conta corrente do balanço de pagamentos.
 - e) transferência de lucro das empresas estatais para o governo.



18) CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Analista Judiciário 02 (TJ ES)/ Apoio Especializado/Economia

- Julgue o item subsequente, a respeito dos planos de estabilização implementados a partir da década de 1980.
- Quanto às causas do processo inflacionário brasileiro, o Plano Real compartilhou das mesmas premissas que embasaram os planos de estabilização implementados anteriormente, inclusive em relação ao papel secundário do desequilíbrio das contas públicas para a escalada da inflação.

() Certo

(X) Errado



19) CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Analista Regulador (AGER MT)/Economia

- No contexto de implementação do Plano Real, entre as políticas instituídas para manter a moeda estável inclui-se
 - a) o regime de metas de inflação.
 - b) o gatilho salarial.
 - c) a âncora cambial em relação ao dólar americano.
 - d) o fundo de participação dos municípios.
 - e) a Lei de Responsabilidade Fiscal.



20) CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Analista Fazendário Municipal (Pref Fortaleza)/Ciências Econômicas e Finanças

- A partir da segunda metade dos anos 80, a economia brasileira passou por diversos planos de estabilização monetária. Somente em 1994, com a implantação do Plano Real, o país obteve êxito no controle inflacionário. A respeito desse período, julgue o item subsequente.
- No Plano Real, para o combate à inflação inercial, foi implantada a Unidade Real de Valor (URV), que tinha como objetivo o ajuste dos preços da economia nos meses anteriores à criação da nova moeda.

Certo

Errado



21) CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Analista Fazendário Municipal (Pref Fortaleza)/Ciências Econômicas e Finanças

- A partir da segunda metade dos anos 80, a economia brasileira passou por diversos planos de estabilização monetária. Somente em 1994, com a implantação do Plano Real, o país obteve êxito no controle inflacionário. A respeito desse período, julgue o item subsequente.
- Em geral, eram considerados planos heterodoxos aqueles que buscassem o controle inflacionário via políticas que pudessem influenciar o nível de atividade econômica, como, por exemplo, o aumento da taxa de juros.

() Certo

(X) Errado



22) FGV - 2022 - Consultor do Tesouro Estadual (SEFAZ ES)/Ciências Econômicas

- O Plano Real realizou o combate à inflação por meio das seguintes etapas:
 - a) fixação da URV, âncora cambial e conversão monetária.
 - b) ajuste fiscal, indexação completa da economia e reforma monetária.
 - c) criação do Fundo Social de Emergência, fixação de um regime cambial fixo e conversão do cruzado para o real.
 - d) implementação do PAI, criação do IPMF e indexação dos preços à URV.
 - e) aumento inicial da arrecadação via imposto inflacionário, criação de minibandas cambiais e controle de preços.



23) CESGRANRIO - 2022 - Profissional de Nível Superior (ELETRONUCLEAR)/Economista

- O Plano Real, implementado a partir de 1994, é avaliado como um dos mais importantes e bem-sucedidos programas de estabilização inflacionária no Brasil. Um dos fatores que contribuíram para o sucesso do Plano Real foi a(o)
 - a) redução dos influxos de capital estrangeiro, ocorrida ao longo do plano de estabilização.
 - b) postergação do programa de liberalização comercial, em curso desde 1990, e que deveria ser finalizado em 1994.
 - c) estratégia bem-sucedida de congelamento de preços e salários ao longo do processo de estabilização.
 - d) forte recessão econômica que se seguiu imediatamente após o plano de estabilização.
 - e) uso da chamada âncora cambial, que, por meio de um sistema de câmbio semifixo em bandas cambiais, levou à sobrevalorização da moeda nacional recém introduzida (o Real).



24) FGV - 2022 - Agente de Tributos Estaduais (SEFAZ BA)/Administração e Finanças

- Com relação ao Plano Real e seus reflexos na economia brasileira ou argentina, analise as afirmativas a seguir e assinale **(V)** para a **verdadeira** e **(F)** para a **falsa**.

(V) O Plano Real atacou o processo inflacionário do país por meio de 3 estágios: ajuste fiscal, indexação completa da economia (via URV) e reforma monetária (conversão da URV em reais – R\$).

(V) A âncora cambial do Plano Real – com valorização do Real, volume grande de reservas e abertura comercial – permitiu travar os preços internos devido a possibilidade de importações, evitando-se assim a propagação de choques.

(V) Após a implementação do Plano Real e da valorização do Real, as contas externas da Argentina apresentaram melhora pelo fato do Brasil ser um dos seus principais parceiros comerciais.

- As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,



a) V, V e V.

b) V, V e F.

c) V, F e V.

d) F, V e V.

e) F, F e F.



25) CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Profissional em Atividade de Nível Superior (ANP)/Atividades de Regulação

- Considerando as principais reformas estruturais dos anos 90 do século XX, julgue o item a seguir.
- A política de estabilização implementada entre 1993 e 1994 teve apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI).

() Certo

(X) Errado



26) CESGRANRIO - 2019 - Economista (UNIRIO)

- Entre o início da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, o Brasil foi acometido por um processo de alta inflação, que só foi contido com o Plano Real (1994).
- Os principais formuladores desse plano de estabilização indicaram, como principal causa da aceleração da inflação no Brasil, a(o)
 - a) inércia decorrente da indexação generalizada de preços **Errado**
 - b) congelamento de preços
 - c) aumento dos salários reais
 - d) excesso de demanda agregada sobre o produto agregado potencial
 - e) choque de preços de matérias-primas essenciais, como o petróleo



27) CEBRASPE (CESPE) - 2018 - Oficial de Inteligência/Área 2

- No que tange ao Plano Real, de 1994, julgue o item subsecutivo.
- Após a crise financeira que atingiu o Brasil em 1999, o governo mudou a política cambial e passou a definir metas a que se deu o nome de tripé macroeconômico: obtenção de superávits primários, câmbio flutuante conforme o mercado e meta de inflação.

Certo

Errado



28) CESGRANRIO - 2018 - Profissional Petrobras de Nível Superior (PETROBRAS)/Economia

- No início de 2014, o economista Gustavo Franco, um dos formuladores do Plano Real (1994), assim celebrava os 20 anos do bem-sucedido plano de estabilização inflacionária no Brasil: Na próxima sexta-feira, dia 28 de fevereiro de 2014, quando começarem os trabalhos de carnaval, vamos festejar também os 20 anos da publicação da Medida Provisória no 434, que introduziu a URV (Unidade Real de Valor), uma formidável inovação que assumiu a forma de segunda moeda nacional, porém apenas “virtual”, ou “para servir exclusivamente como padrão de valor monetário” (art. 1). A URV era o real, desde o início. Em seu artigo 2º, a MP 434 já determinava que, quando a URV fosse emitida em forma de cédulas — e assim passasse a servir para pagamentos —, o cruzeiro real seria extinto e a URV teria seu nome mudado para real.
 - Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/20-anos-do-plano-real-11687119>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- A URV foi de capital importância para o programa de estabilização inflacionária no Brasil (Plano Real, 1994) porque



- a) cumpriu a contento as funções de meio de troca, unidade de conta e reserva de valor durante seu curto período de vigência, entre 1° de março e 1° de julho de 1994.
- b) permitiu a dolarização permanente da economia brasileira, tanto durante seu curto período de vigência, entre 1° de março e 1° de julho de 1994, como após sua extinção.
- c) manteve a mesma cotação com o cruzeiro real durante seu curto período de vigência, entre 1° de março e 1° de julho de 1994, o que permitiu uma rápida estabilização dos preços.
- d) possibilitou a eliminação da chamada inércia inflacionária, mecanismo responsável pela realimentação da alta inflação brasileira.
- e) foi usada pelos brasileiros como principal meio de pagamento e recebimento durante seu curto período de vigência, entre 1° de março e 1° de julho de 1994, até que tal função viesse a ser cumprida pela nova unidade monetária, o real.